



Viana cobra mais atenção para a saúde da mulher

PÁGINA 15



O adeus dos senadores ao papa João Paulo II

PÁGINA 13

Comissão de Justiça examina esta semana tema marcado por polêmica desde 1974

Plebiscito poderá recriar o estado da Guanabara

PÁGINA 4

HENRIQUE MEIRELLES

A Comissão de Fiscalização e Controle convidou o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para esclarecer acusação de crime contra o sistema financeiro.

PÁGINA 12

SUDENE

Nesta terça-feira, a Comissão de Desenvolvimento Regional deve examinar o projeto que recria a Sudene. Serão debatidos os objetivos e composição do novo órgão.

PÁGINA 2

DESARMAMENTO

O projeto que autoriza referendo sobre a venda de armas pode ser enviado esta semana à Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados. A proposta precisa ainda ser votada em Plenário.

PÁGINA 6

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 17

FRASES

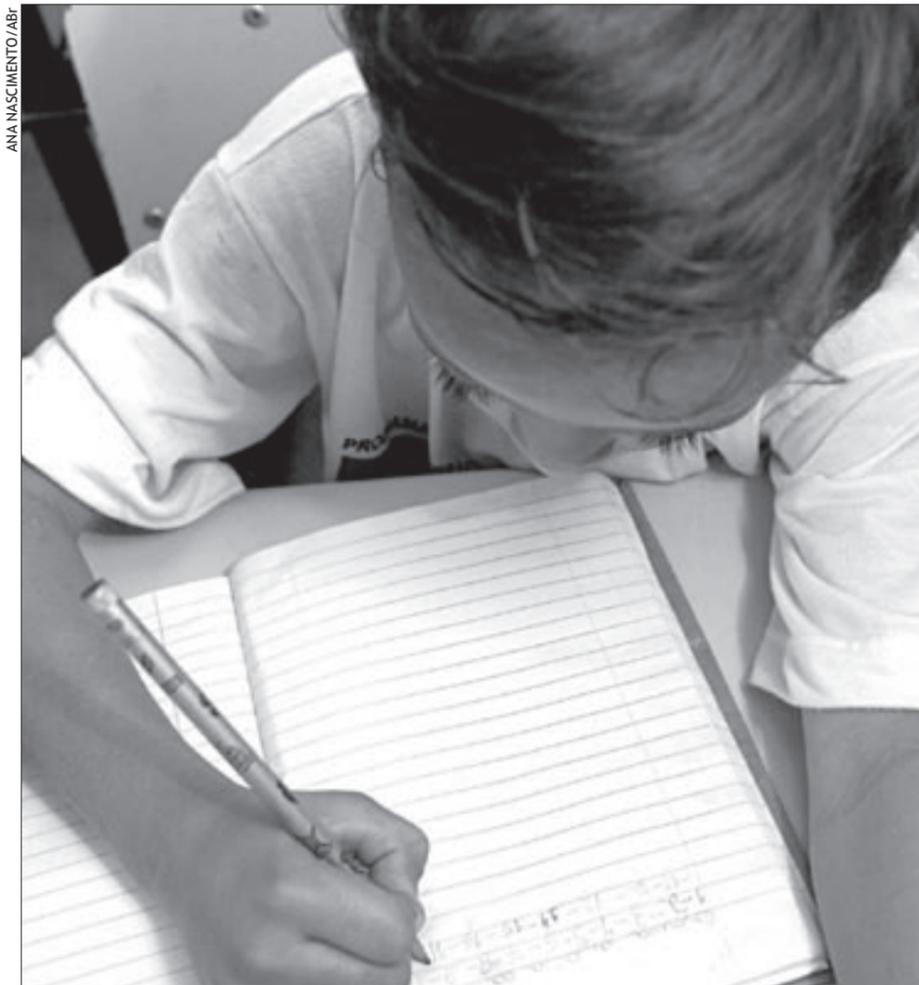
Página 17

VOZ DO LEITOR

Página 17

CONHEÇA O SENADO

Página 19



Crianças ficam sozinhas em casa porque mães precisam sair para trabalhar

Emenda torna obrigatório e grátis ensino para crianças de até 6 anos

Nada menos que 15 milhões de crianças das faixas mais pobres da população podem ser beneficiadas com proposta que torna obrigatório e gratuito o ensino infantil no Brasil. A proposta de emenda cons-

titucional de Heloísa Helena deverá ser votada após a desobstrução da pauta do Plenário. A senadora lembra que as crianças pobres de zero a seis anos "são justamente as mais frágeis e mais indefesas".

PÁGINA 5

cidadania

Dicas para transportar filhos pequenos com segurança, respeitando a lei

PÁGINA 20

Biodiesel estimula os pequenos produtores

Depois de muita negociação, os senadores devem votar esta semana o projeto que altera a medida provisória relativa à importação e venda de biodiesel no país. O senador Edison Lobão apresentou nove emendas, direcionadas, em boa parte, aos pequenos produtores. A produção de biodiesel, que hoje é de 400 milhões de litros por ano, deverá dobrar nos próximos três anos.

PÁGINA 3

Medida garante sigilo de documento por 60 anos

Sessenta anos: esse é o período em que documentos classificados no mais alto grau de sigilo poderão ser mantidos em segredo, segundo dispõe medida provisória que tranca a pauta do Plenário. A oposição considera muito amplos os prazos determinados pela MP, mas o relator, Garibaldi Alves, afirmou que pretende defender o texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

PÁGINA 5

Papel do Legislativo na elaboração do Orçamento pode aumentar

PÁGINA 6

ENERGIA Senado deve votar nesta semana medida provisória que define a importação e venda de biodiesel no país

Biodiesel incentivará pequenas usinas



Depois de uma semana de intensas negociações, os senadores devem votar nesta terça-feira o projeto de conversão da medida provisória (MP 227/04) que define a importação e venda de biodiesel no país.

Edison Lobão (PFL-MA) apresentou relatório com nove emendas ao texto do projeto de lei de conversão (PLV 2/05) proveniente da Câmara. As propostas estão, em boa parte, direcionadas aos pequenos produtores, que, inicialmente, segundo observaram alguns parlamentares, estavam desprotegidos em relação às grandes empresas.

Houve consenso de que deveriam ser criadas algumas condições especiais para pequenas usinas de produção localizadas no interior dos estados, próximas à produção da matéria-prima e operando, talvez, com tecnolo-

gias mais artesanais – expôs o senador.

Por isso está sendo proposta a concessão de registro especial provisório pela Secretaria da Receita Federal, por um prazo de seis meses, para os pequenos produtores. Depois de obterem autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), eles também poderão ser beneficiados pela redução de alíquotas.

Preferência será dada ao agricultor familiar

As miniusinas não deverão ser penalizadas com a interrupção imediata da produção quando houver problemas com o medidor de vazão, como propõe o texto original do PLV. Nesse caso, os usineiros deverão realizar controle alternativo.

Outra sugestão é que o financiamento agrícola no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) seja adequado às pecu-



A unidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo trabalha o programa de desenvolvimento do biodiesel, testando o combustível nos veículos da instituição e de empresas do setor privado

liaridades do pequeno produtor, inclusive quanto à garantia de empréstimos destinados a safras sucessivas no mesmo ano.

O PLV ainda poderá ser acres-

cido de artigo que incluirá na Lei 11.097/05 – que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira – a obrigatoriedade de que esse

biocombustível seja processado, preferencialmente, a partir de matérias-primas produzidas por agricultor familiar, inclusive as de atividade extrativista.



Segundo Edison Lobão, emenda ao projeto impedirá que taxaço sobre o biodiesel seja superior à do diesel derivado do petróleo

Tributação elevada preocupa senadores

A discussão sobre as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins gerou o maior ponto de impasse entre governo e oposição. Muitos senadores alegam que a tributação sobre o biodiesel não pode ser superior à praticada para o diesel derivado do petróleo, atualmente estipulada em R\$ 218 por metro cúbico.

O PLV define que os importadores ou produtores de biodiesel que optarem pelo regime especial de apuração pagariam R\$ 120,14 de PIS/Pasep e R\$ 553,19 de Cofins por metro cúbico.

O biodiesel acaba sendo mais caro que o óleo mineral e

isso não pode acontecer – observou o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Segundo o relator, senador Edison Lobão, a Emenda 51 impedirá essa cobrança superior de tributação e “não deixará dúvida sobre a ênfase que se deseja dar ao programa, abrindo margem de segurança e de competitividade para os empreendedores”.

Para o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), os países que criaram programas de biocombustíveis renováveis aplicam tributação seletiva, mais baixa, para estimular os investimentos em uma indústria nascente e na

produção.

De forma geral, os pequenos agricultores das regiões Norte, Nordeste e do semi-árido abrangidos pelo programa serão beneficiados com alíquota zero na comercialização do biodiesel. O texto do projeto prevê ainda que as alíquotas poderão ter coeficientes de redução diferenciados, levando em consideração as matérias-primas utilizadas, o produtor-vendedor e a região de produção – casos da mamona produzida na região Nordeste por agricultores familiares, ou de cooperativas agropecuárias, definidos no Pronaf.

Produção ainda é insuficiente

A atual produção nacional de biodiesel é de cerca de 400 milhões de litros por ano, pelo menos 50% menor do que seria necessário caso já estivesse vigorando a obrigatoriedade de mistura de pelo menos 2% desse combustível ao óleo diesel, como deverá acontecer a partir de 2008 (veja quadro abaixo).

O Brasil produz 40 bilhões de litros/ano de óleo diesel. Nos próximos três anos, o país

precisará expandir a produção para 800 milhões de litros e para, pelo menos, 2 bilhões em 2013, quando a participação do biodiesel será de 5%.

Segundo o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), o biodiesel colocará o Brasil na vanguarda da luta por novas fontes energéticas. Ele também apontou a necessidade de ampliar a produção para atender outros mercados.

Mistura reduz a poluição atmosférica

Parece pouco, mas a mistura de 2% de biodiesel ao óleo diesel poderá reduzir sensivelmente a poluição, especialmente em cidades tomadas pela massa cinzenta resultante dos gases jogados à atmosfera pela enorme frota de veículos. Na forma pura, o biodiesel reduz em até 78% as emissões de gás carbônico e em 90% o lançamento de fumaça no ar quando comparado ao diesel petrolífero.

Na unidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), a frota de carros, caminhões, ônibus e tratores roda pelo campus abastecida com biodiesel produzido no Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Limpas (Ladatel).

Nos últimos cinco anos, o Ladatel tem desenvolvido pesquisas e testes com plantas oleaginosas brasileiras e óleos utilizados em frituras. São estudados os resultados do combustível a partir de matérias-primas como soja, amendoim, girassol, algodão, milho, canola, mamona, pequi, macaúba, babaçu e dendê.

Para a pesquisadora do Laboratório da USP Vânia Brugnara, o Brasil já está se estruturando



Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Limpas da USP: pesquisas incluem amendoim, girassol, pequi, babaçu e dendê

para atender a futura demanda real de biodiesel.

Parceria com o setor privado

No Ladatel, o biodiesel é produzido pela reação de óleos vegetais com um álcool (metanol ou etanol), utilizando-se um catalisador. A universidade já realiza teste em parceria com o setor privado como redes de lanchonetes, montadoras e empresas de logística, aplicando percentagens diferenciadas do biocombustível.

Os testes demonstram que o biodiesel proporciona o mesmo desempenho que o diesel convencional. Em alguns países, como na Alemanha, parte da frota já utiliza 100% de biodiesel. Na França, todo o diesel comercializado tem pelo menos 5% de biodiesel misturado.

Segundo Vânia, os consumidores ainda apresentam muitas dúvidas sobre o combustível, mas a aceitação tem sido boa. “Quando levamos o biodiesel aos postos, as pessoas mostram-se curiosas e demonstram aprová-lo”, diz.

Meta de 2 bilhões em 2013

Produção atual de óleo diesel	40 bilhões de litros/ano
Produção atual de biodiesel	Cerca de 400 milhões de litros/ano
Produção necessária para atender ao percentual mínimo de 2% de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, em 2008	800 milhões de litros/ano
Produção necessária para atender ao percentual mínimo de 5% de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, em 2013	2 bilhões de litros/ano

NOVOS ESTADOS Tema controverso, redivisão territorial envolve debate sobre custos e ação de frente parlamentar



Jefferson Péres, autor do substitutivo: mérito da "desfusão" deve ser discutido pela população



Senador fluminense, Sérgio Cabral procurou "amadurecer" o debate com a sociedade

CCJ discute plebiscito para recriar Guanabara



A realização de plebiscito para a recriação do estado da Guanabara, na área do município do Rio de Janeiro, deverá ser votada na quarta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES), relatado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), coloca em pauta um tema marcado por polêmica desde 1974, quando o regime militar decidiu pela fusão dos dois estados. Para o relator da proposta, o plebiscito representa uma oportunidade para que cariocas e fluminenses possam fazer um resgate histórico, opinando sobre

o seu futuro.

– Não quero nessa tramitação discutir o mérito da "desfusão"; isso deverá ocorrer nos 45 dias que precedem a realização do plebiscito pelas populações envolvidas – sustenta Jefferson Péres.

Quanto aos gastos que serão necessários para implementar a separação, ele acredita que não serão significativos, concentrando-se na instalação das cúpulas de governo e das áreas administrativas. O projeto que será votado na CCJ representa o início de um grande debate no Congresso Nacional. Se for aprovada, a proposta será levada ao Plenário e depois segue para discussão na Câmara dos Deputados.

As opiniões se dividem entre

os que querem restabelecer o estado da Guanabara e creditam as dificuldades enfrentadas hoje à unificação, e aqueles que apostam na continuidade da fusão e no desenvolvimento do Rio de Janeiro, a partir do incremento da atividade econômica no interior do estado.

Jefferson Péres queria votar o substitutivo no dia 30, mas o presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), depois de conversar com o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), decidiu adiar a votação por duas semanas. Sérgio Cabral manifestou-se a favor do plebiscito, mas pediu tempo "para ouvir os diversos segmentos da sociedade e amadurecer o tema".

Saturnino vê "artificialismo esdrúxulo"

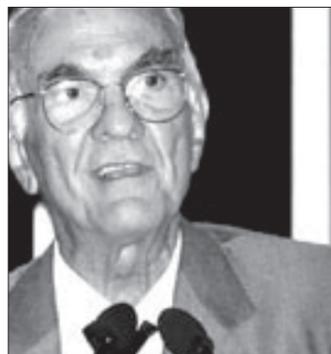
Mesmo sendo favorável ao plebiscito, como forma de ouvir uma população que nunca pôde emitir opinião sobre a fusão, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou que "o estado hoje é um só" e que o fim da fusão seria "um artificialismo esdrúxulo".

Para o senador, recriar os dois estados, "depois de tudo o que foi feito, com muito esforço e algum custo", representaria, na verdade, "pensar apenas na capital da Guanabara – e o interior que se virasse –, na expectativa de recuperar as ricas receitas do tempo de [Carlos] Lacerda, Negrão [de Lima] e Chagas [Freitas], e construir novos túneis e viadutos",

disse, referindo-se a três ex-governadores do estado.

Saturnino atribui a origem dos problemas à transferência da capital para Brasília, em 1960, que "esvaziou" o antigo Distrito Federal, transformado em estado da Guanabara.

– Essa posição é de gente da capital, que não consegue enxergar que o futuro mais importante está justamente do outro lado da baía, que foi ajudado, e daqui para a frente ajudará a capital a enfrentar seus gigantescos problemas – defende Saturnino. Ele lembra que é no antigo estado do Rio onde está o petróleo e estarão as indústrias a ele ligadas, como



Roberto Saturnino defende plebiscito, mas é contrário à recriação dos dois estados

a petroquímica, além de grande parte da indústria naval que começa a ressurgir.

Dependência federal é obstáculo

Para a consultora do Senado Federal Claudia Cristina Pacheco Moreira, o argumento de que a redivisão territorial "fortalece o pacto federativo" é questionável, já que a criação de estados que não dispõem de autonomia financeira leva ao enfraquecimento da Federação, pois essas novas unidades teriam grande dependência dos recursos federais.

– É indispensável que as novas unidades federativas apresentem viabilidade financeira para fazer face às novas despe-

sas, do contrário já nascerão em situação de extrema dependência em relação às transferências de recursos federais – sustenta a consultora, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

A consultora aponta como alternativa ao desmembramento, em determinados casos, a redivisão municipal "menos dispendiosa e, ao mesmo tempo, mais eficaz". Ela dá como exemplo municípios da Amazônia, cuja área é maior que a de alguns estados (Oriximiná, no Pará,

tem 109 mil km²).

Em seu trabalho, a consultora fez uma análise da situação dos estados do Tocantins e Mato Grosso do Sul. Ambos estados conseguiram consolidar suas economias. "A arrecadação de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul relativa ao ICMS supera largamente as transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE)", explica. No Tocantins, observa Claudia Cristina, ainda há uma relativa dependência dos recursos transferidos pelo FPE.

Novo mapa pode ter 39 estados e três territórios

Ao lado da discussão sobre o fim da fusão do Rio de Janeiro com a Guanabara, 15 outros projetos de redivisão territorial tramitam no Congresso Nacional. Se todos forem aprovados, o Brasil, que hoje tem 26 estados, além do Distrito Federal, passaria a contar com 39 estados, o DF e três territórios. Em março, deputados e senadores que integram a Frente Parlamentar Pró-Redivisão Territorial estiveram reunidos com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, para pedir urgência na votação das propostas.

O coordenador da frente, deputado Ronaldo Dimas (PSDB-TO), quer um debate de forma ampla no Congresso Nacional, "por estarem envolvidas questões importantes para o país, como racionalidade administrativa, soberania e segurança nacional, governabilidade, uso sustentável dos recursos naturais e preservação ambiental.

Nos últimos 20 anos, o Brasil ganhou cinco estados: Mato Grosso do Sul, Tocantins, Roraima, Rondônia e Amapá (os três últimos eram territórios).

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) é um dos defensores da redivisão geopolítica do Brasil. Segundo o parlamentar, a tese ganhou força durante a Constituinte de 1988, quando o Amapá e Roraima foram elevados à condição de estado, e Goiás foi desmembrado para a criação do Tocantins.

– A comissão especial formada por constituintes e representantes do Executivo propôs, na ocasião, a criação dos estados do Tapajós (Pará), do território do Rio Negro (Amazonas) e do estado do Araguaia (Mato Grosso), mas essas recomendações nunca foram levadas a diante na Câmara e no Senado – lamenta o senador.

Em 1999, Mozarildo apresentou três projetos de decreto legislativo, propondo a realização de plebiscito para consultar as populações dos três estados.

– Não podemos, nem o Senado, nem a Câmara, calar a voz do povo. Se ele não quiser a redivisão, vamos nos curvar a essa decisão; mas, se quiser, nós não podemos impedir que isso ocorra.

Viabilidade financeira está no centro do debate sobre redivisão

Um dos argumentos levantados pelos críticos da redivisão territorial, segundo Mozarildo, são os custos do desmembramento dos estados. "Se São Paulo computasse o número de imigrantes que vai para lá, atraídos por melhores condições de trabalho e de estudos ou por outras razões, agravando as questões sociais de saúde, segurança e moradia, talvez fosse o maior incentivador da criação de novas unidades da Federação. O mesmo se aplica ao Rio de Janeiro e Minas Gerais", disse Mozarildo.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirma que, em relação à viabilidade de uma redivisão, "cada caso é um caso". Ele cita a proposta de criação do estado do Tapajós: "Há anos existe um movimento popular favorável ao novo estado e as condições mostram que a nova unidade da Federação tem condições de arcar com as mudanças", exemplifica.

Mão Santa (PMDB-PI) reforça a importância da redivisão: "A estrutura administrativa do Brasil é uma lástima. O Piauí, por

exemplo, é disforme, é comprido, é quase como o Chile. Cabem 12 Sergipes lá dentro", observou o senador. Ele adiantou que vai agendar reunião com prefeitos piauienses interessados em discutir uma proposta para o seu estado.

De acordo com as proposições, o Brasil teria uma nova configuração, passando a contar, na região Norte, com os estados do Tapajós (PA), Carajás (PA), Solimões (AM), além dos territórios de Marajó (PA), Alto Rio Negro (AM), e Oiapoque (RR). O Nordeste passaria a contar com os estados do Maranhão do Sul (MA), São Francisco (BA) e Gurguéia (PI).

No Sudeste do país, seriam criados São Paulo do Leste, Minas do Norte e Triângulo. No Centro-Oeste, os estados do Araguaia, Mato Grosso do Norte e Planalto Central – este último desmembrando da área do Distrito Federal as localidades do chamado Entorno de Brasília. Não haveria qualquer mudança nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Brasil poderá contar com 13 novos estados e três territórios, de acordo com os projetos em discussão no Congresso Nacional



PLENÁRIO

Senado decide sobre sigilo de documentos

Depois da discussão do biodiesel, o Plenário deve examinar outro tema polêmico, o projeto originado da MP dos Documentos Sigilosos (PLV 3/04), que também tranca a pauta de votações do Plenário.

O relator da proposta, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), afirmou ao **Jornal do Senado** que pretende defender a íntegra do texto enviado pela Câmara dos Deputados. A informação foi confirmada pelo líder

do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Garibaldi reconhece que a proposta não deve agradar a todos os senadores. Na sua avaliação, o texto “não é o ideal, mas é o melhor que se pôde fazer”.

– A idéia é evitar que o texto retorne para a Câmara e a discussão seja adiada por mais tempo – disse o líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS).

A proposta regulamenta o acesso aos documentos classificados no mais alto grau de

sigilo, ou seja, aqueles que o governo considera que podem comprometer a segurança da sociedade e do Estado. De acordo com o texto, essas informações devem ser mantidas em segredo por um período de 30 anos, que pode ser renovado uma vez pelo presidente.

Acabado o prazo, esses documentos devem ser analisados pela Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, um colegiado interministerial que pode decidir pela manuten-



GERALDO IMAGELA

Garibaldi diz que proposta “não é a ideal, mas é o melhor que se pôde fazer”. Por isso, defende a aprovação do texto da Câmara

ção do sigilo das informações que ameacem a soberania, a integridade territorial do país ou as relações do Brasil com outras

nações. A comissão pode ser convocada novamente para rever a sua decisão, prevê a medida provisória.



Manifestação sobre desaparecidos, em São Paulo: familiares querem acesso aos documentos sigilosos

Oposição critica prazo de até 60 anos para liberação

A oposição considera muito amplos os prazos de sigilo determinados pelo texto da MP: 30 anos, que podem ser prorrogados uma vez, por igual período, pelo presidente.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou que vai discutir com outros parlamentares a possibilidade de redução desse período.

– É necessário dar tempo para distanciar os fatos da emoção, mas o prazo previsto pelo texto é exagerado. Pretendo avaliar a experiência de outros países – criticou.

Virgílio deve contar com o apoio do PFL. O líder do partido, José Agripino (RN), afirmou que também vai defender a diminuição do prazo de sigilo.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que pretende negociar o texto com os senadores. “Vamos buscar avançar a discussão no sentido da transparência”, comentou Renan.

MP não resguarda os arquivos da ditadura

Relator da MP dos Documentos Sigilosos na Câmara, o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) acredita que a medida não vai impedir a abertura dos arquivos da ditadura, maior reivindicação dos parlamentares. Eles pedem que sejam tornadas públicas as informações sobre operações militares da época, especialmente aquelas relacionadas à guerrilha do Araguaia.

Miranda informou que esses documentos não estão entre os de mais alto grau de sigilo. “A MP não influi nos documentos das ditaduras. Eles já poderiam ser liberados, mas o governo argumenta que não tem a posse desses papéis”, lembrou.

O relatório determina que os documentos referentes unicamente às relações entre o Estado e os cidadãos devem ser abertos após o prazo de 30 anos.

De acordo com Miranda, a medida foi editada para “corrigir uma arbitrariedade do governo Fernando Henrique”, que deu ao presidente da República o poder de manter o sigilo de documentos indefinidamente.

O deputado argumenta ainda que foi feito acordo com a Casa Civil da Presidência da República, para evitar que a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, responsável por determinar a manutenção do sigilo, defina o segredo eterno das informações.

Ensino infantil pode ser obrigatório

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) conta com o apoio da base aliada e da oposição para alcançar os 54 votos necessários à aprovação, no Senado, de sua proposta de emenda constitucional que torna obrigatório e gratuito o ensino infantil no Brasil, medida que pode beneficiar 15 milhões de crianças nas faixas mais pobres da população. Senadores petistas como Cristovam Buarque (DF), Tião Viana (AC) e até o líder da bancada, Delcídio Amaral (MS) têm, segundo a senadora, trabalhado pela aprovação da PEC.

Entre as lideranças partidárias, informou Heloísa Helena, há disposição de aprovar a proposta assim que ela for colocada em votação. O PDT anunciou seu apoio. O PSDB também defende a aprovação da proposta. O líder do PFL, José Agripino (PFL), já disse à senadora ser favorável à emenda. Ele foi um dos 27 signatários da PEC em 2000, ao lado, entre outros, do atual vice-presidente da República, José Alencar, então senador pelo PL de Minas Gerais.

Incluída na or-

dem do dia pela primeira vez em 14 de dezembro do ano passado, a PEC ainda não foi apreciada por causa do trancamento da pauta com medidas provisórias. Para ser aprovada, uma PEC precisa de três quintos dos votos em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos.

– Espero que o fato de ser uma parlamentar da oposição não faça o governo trabalhar contra a PEC, extremamente importante para assegurar educação gratuita para crianças pobres de zero a seis anos. Justamente as mais frágeis e mais indefesas, expostas desde acidentes do-

mésticos à violência sexual, do narcotráfico à marginalidade quando suas mães, na maioria das vezes, precisam sair para trabalhar e as deixam sozinhas em casa.

Governo teme pela falta de recursos

Heloísa Helena diz que a liderança do governo alega dificuldades orçamentárias para cumprir a medida prevista na PEC 40/00, argumento que a senadora rechaça enfaticamente:

– Meu projeto garante a responsabilidade social e não colide com a responsabilidade fiscal. Existe coisa mais simples e essencial para garantir a sobrevivência das crianças pobres brasileiras do que creches e pré-escolas?

Por isso, a senadora lembra que não está aberta a acordos para modificar seu projeto e permitir a implementação gradual da obrigatoriedade e gratuidade do ensino infantil. “Não tenho delegação de mãe pobre nenhuma para aceitar o adiamento deste direito”, afirmou ela.

Lei assegura direito, que ainda não chegou aos pobres

Entre os filhos da classe média e alta, ir para a escola ainda pequenos já é quase uma rotina. Para as crianças pobres do país, no entanto, esse é um privilégio difícil de ser alcançado, ainda que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação reconheça o ensino infantil como “a primeira etapa da educação básica na formação do indivíduo”. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, por sua vez, destacam a necessidade de trabalhar-se a educação visando “à construção das capacidades afetivas, éticas, cognitivas, físicas e sociais da pessoa humana” a partir dos primeiros anos de vida.

Pela Constituição (artigo 211), o ensino infantil hoje é competência prioritária dos sistemas municipais de educação. Educação infantil é citada no artigo 70, no capítulo dos Direitos Sociais dos Trabalhadores. Nada disso, porém, assegurou creches ou pré-escolas aos filhos dos brasileiros mais pobres. O país

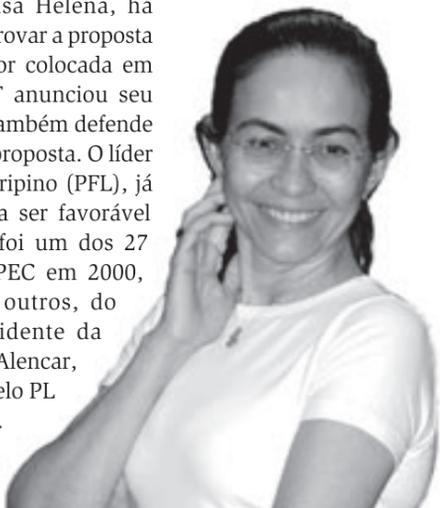
possuía, segundo o Censo 2000, 23 milhões de crianças nessa faixa etária, porém menos de um sexto tem sido atendido nesses estabelecimentos, em sua maioria das classes média e alta.

No Brasil, hoje, praticamente 25% dos chefes de família são mulheres, com uma renda mensal de R\$ 276 (R\$ 151 na região Nordeste). Dessas mu-

lheres, 32% mal sabem assinar o nome. “Como essas mulheres vão trabalhar porque precisam, são obrigadas muitas vezes a trancar os filhos em casa, com medo da vio-

lência. Por isso lemos todos os dias casos de crianças vítimas de incêndios ou enchentes nas favelas e alagados do Brasil”, destaca Heloísa Helena.

– Negar a escola a essas crianças é o mesmo que condená-las à escravidão sexual, ao narcotráfico, à mendicância. O que o Estado puder fazer para poupar a humilhação e o sofrimento desses seres humanos é sua obrigação – assinala.



Heloísa Helena

DESARMAMENTO

Consulta sobre armas pode ser votada logo



Se a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara não votar

nesta quarta-feira o projeto de decreto legislativo que fixa em 2 de outubro a data do referendo sobre o comércio de armas de fogo e munição no país, a proposta pode ser enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) daquela Casa. De acordo com requerimento apresentado na quarta-feira (6) à Presidência da Câmara, já se esgotou o prazo de dez sessões para que a Comissão de Segurança Pública analise o projeto, que ali está desde maio de 2004.

A proposta, (PDC 1.274/04) de autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), também pode ser analisada diretamente pelo Plenário da Câmara assim que a pauta de votações for desobstruída. O presidente da Casa, Severino Cavalcanti, já se comprometeu a colocar em votação requerimento de urgência para apreciação imediata da matéria.

Nas reuniões da semana passada na Comissão de Segurança



Desarmamento da população pode ser definitivo se referendo apontar para o fim do comércio de armas de fogo

Pública, deputados a favor do referendo travaram uma batalha para não adiar a discussão do projeto do Senado que estabelece a data de realização da consulta popular. Durante a apreciação de requerimento de votação nominal para a proposta, parlamentares contrários ao referendo deixaram a comissão para forçar a falta de quórum e inviabilizar a votação da matéria, apresentada em dezembro de 2003 e já aprovada no Senado. A pergunta do texto original para a consulta popular é: "O comércio de armas de fogo e munição dever ser proibido no Brasil?".

Medida é contestada por associação

Deputados favoráveis ao substitutivo apresentado pelo deputado Wanderval Santos (PL-SP) que modifica a pergunta original do PDC para: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido aos cidadãos para sua defesa e de seus bens?" têm o apoio do Movimento Viva Brasil. "Desarmar o cidadão não é a solução" e "a legítima defesa é direito de todo cidadão" foram opiniões defendidas pela associação em panfletos distribuídos durante a reunião na Câmara.

Sociedade organizada acompanha decisões

Criado em março de 1999, o Comitê Nacional de Vítimas da Violência (Convive) reúne entidades, familiares e amigos de jovens vítimas da violência no Distrito Federal e em outros estados. Nas reuniões da Comissão de Segurança Pública, na semana passada, voluntários do comitê seguravam faixas com inscrições "O primeiro passo é desarmar" e "Não queremos que ninguém sinta a dor que nos levou a fazer essa campanha".

A presidente do Convive, Valéria Velasco, afirmou que a falta de quórum na comissão foi uma manobra feita pelos parlamentares a favor da indústria de

armas para protelar a votação da proposta e impedir que seja aprovada a tempo de organizar o referendo ainda este ano. Outra manobra apontada pela presidente do Convive para esvaziar o debate sobre o referendo é a proposta de realizá-lo juntamente com as eleições do próximo ano.

— São duas discussões incompatíveis. Não é conveniente que se misture o desarmamento com a campanha eleitoral, sob pena de o debate sobre as armas ser

transformado em instrumento eleitoral ou partidário — alertou.

Segundo Valéria Velasco, a avaliação do Convive é de que a questão da violência passa "forçosamente" pelo desarmamento da população. Ela afirmou que o Convive tem acompanhado todas as votações a respeito do projeto, que institui o referendo e também vem promovendo palestras para esclarecer a sociedade sobre o tema.

Juntar consulta com eleições seria incompatível, diz Valéria Velasco

Representante de ONG defende referendo já

O sociólogo Antônio Rangel Bandeira, da organização não-governamental Viva Rio, considera que fazer o referendo ainda este ano será uma oportunidade única para discutir a questão da segurança pública, que, argumenta, está ligada ao comércio de armas de fogo.

— O país vai parar para discutir a segunda preocupação dos brasileiros, que é a insegurança. O debate irá permitir que o Estatuto do Desarmamento seja conhecido pela população e pela própria polícia, que muitas vezes é contra a nova lei sem nem mesmo conhecê-la.

O representante do Viva Rio observa que, por ser ainda uma lei desconhecida, grande parte

da sociedade não sabe que o Estatuto do Desarmamento visa, principalmente, desarmar os bandidos. A essa realidade ele também credita ao lobby dos que são contra o desarmamento, que vêm ressaltando apenas o artigo que recomenda que, para sua própria proteção, os cidadãos se desarmem.

O sociólogo lamenta ainda que aqueles contrários ao referendo condenem e superestimem os gastos com a consulta em detrimento das mortes ocorridas em consequência da violência, além das despesas da saúde pública com os ferimentos causados pelas armas.

— Se levantarmos os custos da violência, que é potencializada

pelas armas de fogo, veremos que os recursos públicos despendidos são exorbitantes. Tudo isso é cortina de fumaça para quem não tem coragem de assumir que não quer que a sociedade se manifeste sobre o desarmamento.

Segundo o TSE, para realizar o referendo em 2 de outubro deste ano, o projeto precisa ser aprovado pelo Congresso e sancionado ainda este mês. A assessoria de imprensa do órgão informou que já há R\$ 200 milhões disponíveis para organizar e executar a consulta popular, o que é considerado suficiente para o tribunal, já que nas eleições de 2004 foram gastos cerca de R\$ 370 milhões.

ORÇAMENTO

Congresso quer atuar mais no processo orçamentário

Sem alterar a Constituição para tornar obrigatório o cumprimento do Orçamento, estão em curso no Congresso propostas que podem ampliar a participação e a responsabilidade do Legislativo no processo orçamentário. As discussões estão em ritmo acelerado e algumas das mudanças poderão valer já para a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006, que deve ser enviada pelo Executivo até esta sexta-feira (15).

A comissão mista temporária encarregada de elaborar uma proposta para substituir a Resolução nº 1 do Congresso, que disciplina a tramitação dos orçamentos federais e o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deve submeter nesta terça-feira a minuta da nova resolução ao crivo dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Severino Cavalcanti. O encontro com Cavalcanti já está agendado para as 12h, informou o relator da comissão deputado Ricardo Barros (PP-PR).

No dia seguinte, será aberto o prazo para a apresentação de emendas ao parecer de Barros. A comissão discutirá, no dia 19, a proposta, já modificada pelos parlamentares, com

o ministro do Planejamento, o deputado licenciado Paulo Bernardo, que presidiu a CMO.

Falta ainda um acordo sobre o que será feito depois disso. A intenção de Ricardo Barros é colocar a proposta em votação, mas o presidente da comissão temporária, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), prefere aprofundar os debates e garantir qualidade às mudanças, construindo um consenso que evite atropelos nas votações no Plenário.

Para tanto, Fernando Bezerra solicitou aos consultores de Orçamento das duas Casas levantamentos sobre experiências internacionais para avaliar se serão necessárias viagens ao exterior e quais os instrumentos legais apropriados às mudanças de maior fôlego.



Bezerra, presidente da comissão, e Barros, relator: ritmo acelerado

Principais mudanças propostas no parecer preliminar

— **Redução das emendas coletivas:** as de bancada caem para cinco (hoje variam de 18 a 23) e com o compromisso de assegurar recursos plurianuais para concluir as obras prioritárias; as de comissão, para duas (das cinco atuais), e só para remanejar verbas já orçadas pelo Executivo. As emendas regionais são extintas.

— **Aumento das emendas individuais:** de 20 para 30 — discute-se a imposição de regras, como o direcionamento para prioridades estabelecidas no parecer preliminar do relator-geral do Orçamento e definição de recursos para conclusão, no mesmo exercício, de pequenas obras, como centros de saúde e escolas.

— **Separação de funções da relatoria geral:** seria criada a figura do relator da receita; o relator-geral ficaria com a definição de prioridades e distribuição de recursos para os relatores setoriais, sistematização do texto final e margem de 10% da receita reestimada para fazer as últimas adequações.

— **Criação de novos comitês:** fiscalização e controle da execução orçamentária, análise da consistência fiscal, admissibilidade e avaliação de emendas, exame da receita e avaliação das informações do TCU.

— **Redução do número de membros da Comissão Mista de Orçamento:** de 84 para 56, sendo 42 deputados e 14 senadores.

Contingenciamento deverá gerar polêmica na LDO 2006

O contingenciamento promete ser uma das questões centrais na discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2006. De um lado, o Congresso pretende estabelecer novos critérios, desde proibir o bloqueio de recursos das emendas individuais ou estabelecer limites, até adotar o valor dos empenhos para apuração do superávit fiscal (hoje calculado sobre o efetivamente pago), o que reduziria o montante orçado para produzir saldo

positivo nas contas federais.

Do outro lado, o governo quer deixar de detalhar na LDO ações que não consegue cumprir na lei orçamentária, resolvendo assim cobranças do TCU. Para tanto, estabeleceria uma "meta síntese", agrupando ações, como alcançar US\$ 2,51 bilhões de exportações em frutas, no lugar de detalhar o que vai fazer. Só que o sistema de informática do Congresso não está formatado para processar essa mudança.

MEDIDAS PROVISÓRIAS Governo e oposição buscam consenso na comissão que vai propor novo rito de tramitação

Vêm aí novas regras para votação de MPs

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou que esta semana a comissão especial mista presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e que tem como relator o deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF), vai propor novas alterações na tramitação das medidas provisórias (MPs). Ainda há, porém, muitas divergências sobre o assunto, especialmente entre parlamentares governistas e opositoristas.

Entre os pontos que devem constar da proposta está a alteração do início da tramitação das MPs, pela Câmara e pelo Senado. Também está sendo proposto que as comissões mistas que deveriam ser criadas para análise das medidas e que nunca chegam a funcionar sejam substituídas pelas CCJs da Câmara e do Senado, que julgariam a urgência e a relevância de cada MP. Por

essa fórmula, o mérito das MPs seria discutido nas comissões permanentes temáticas.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), assim como Antonio Carlos, quer que seja estabelecido um prazo para que o Congresso se posicione sobre a relevância e a urgência das MPs antes que elas entrem em vigor, idéia combatida pelo relator da comissão especial.

Sigmaringa e Antonio Carlos discordam em outros pontos. O senador baiano propõe que no máximo cinco medidas provisórias tramitem ao mesmo tempo no Congresso, enquanto o deputado acredita que a limitação impede a edição de MPs relevantes e urgentes.

O senador também quer que a Constituição estabeleça o que pode ser regulado por MP, o que não incluiria temas como matéria tributária. O deputado prefere que a Constituição continue ape-

nas indicando o que não pode ser objeto de medida provisória.

Antonio Carlos propõe a redução de 120 dias para 100 dias do prazo de validade de uma MP. A proposta do relator é dividir o prazo atual entre a Câmara e o Senado, mantendo o prazo de trancamento da pauta na Câmara em 45 dias, mas com nova regra para o Senado: antes de trancar a pauta os senadores teriam um prazo de 30 dias, depois que a votação da MP fosse concluída pelos deputados. Atualmente, as medidas provisórias com prazo vencido na Câmara já chegam ao Senado trancando a pauta.

Pela proposta de Sigmaringa, se a medida for alterada pelos senadores e tiver que voltar à Câmara, os deputados teriam mais dez dias para votá-la antes de nova obstrução de pauta. Sigmaringa propõe que algumas matérias possam ser votadas mesmo que a pauta esteja trancada.

Renan: somente Plenário pode devolver

Enquanto o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti, espera o parecer que encomendou à Secretaria Geral da Mesa daquela Casa sobre a possibilidade de devolução ao Executivo de medidas provisórias que não atendam aos pressupostos de relevância e urgência, o presidente do Senado, Renan Calheiros, antecipou-se na resposta depois de ser questionado sobre o assunto pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Munido de informações da Secretaria Geral da Mesa do Senado, Renan foi taxativo: apenas o Plenário do Senado ou o da Câmara podem mandar arquivar uma MP, caso entendam que ela não atende às exigências constitucionais da urgência e da relevância.

A manifestação de Renan apontou os dispositivos da Constituição e do Regimento do Congresso que deixam clara essa interpretação. Ainda assim, Renan, que na semana anterior já havia se posicionado contrariamente



Para Renan, há exagero na edição das medidas, em especial na área tributária

à edição de MPs sobre matéria tributária, voltou a defender mudanças no instituto.

– Há realmente um claro exagero na edição de medidas provisórias, especialmente pelo uso desse mecanismo na área financeira e tributária. Precisamos fazer alguma coisa, e vou me empenhar pela mudança na tramitação das MPs, para que a atuação do Congresso não seja minimizada.

Diferentemente de outros senadores, como Papaléo Paes (PMDB-AP) e Jefferson Péres (PDT-AM), que defendem a extinção das MPs, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), prefere a limitação:

– O que é urgente e relevante pode ser tratado em medida provisória, desde que não aumente tributos. O que não é urgente mas é relevante deve ser motivo de projeto de lei. O que não é nem urgente e nem relevante deve ir para o lixo – disse, ao informar que seu partido vai questionar a admissibilidade de 11 das 19 MPs em tramitação.

Até agora, somente uma MP foi devolvida ao Executivo. Em 1989, durante o governo do presidente José Sarney, o então vice-presidente do Senado, José Ignácio, devolveu uma MP, mas, posteriormente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado decidiu que essa é uma iniciativa que cabe privativamente ao Plenário.

Uma história de atritos entre Executivo e Legislativo

Instrumento parlamentarista em um regime presidencialista, as MPs se converteram em problema institucional no Brasil redemocratizado. Os atritos entre Legislativo e Executivo por conta desse instrumento têm se tornado cada vez mais frequentes, como na semana passada, quando o presidente da Câmara levantou a possibilidade de devolver ao Planalto as MPs que, na sua opinião, não tiveram relevância ou urgência como determina a Constituição.

Criadas em 1988, as medidas provisórias são apontadas como sucessoras dos criticados decretos-leis, pelos quais a ditadura militar, na prática, usurpava a missão do Parlamento de legislar. Em vez de serem usadas

excepcionalmente, as MPs se tornaram regra: desde 1988, já foram editadas 862 medidas, cerca de 4,35 por mês. Isso sem contar os milhares de reedições que aconteciam até 2001.

A tramitação das MPs foi alterada por emenda constitucional naquele ano, mas o efeito esperado – a sua limitação – não foi atingido. Ao contrário, surgiu um novo problema: a não votação das MPs nos prazos constitucionais obstruiu as demais votações na Câmara e no Senado, e o Congresso gasta mais tempo com medidas provisórias do que com qualquer

outra proposta legislativa.

Também é comum ver uma mesma MP tratar de diversos assuntos, contrariando a Lei Complementar 95/98, pela qual um documento legal não pode incluir assunto diverso de seu objetivo principal. Já houve inclusive casos em que deputados, ao não verem suas propostas transformadas em leis, ofereceram emendas a MPs em tramitação com o mesmo conteúdo de seus projetos. Ou seja, o processo legislativo ordinário vem, cada vez mais, sendo substituído pela tramitação de MPs.

Desde 1988, foram editadas 862 medidas provisórias: 4,35 a cada mês



Antonio Carlos Magalhães quer mais restrições às medidas provisórias, mas há resistências dentro da comissão especial

Pauta ficou bloqueada em 68% das sessões deste ano

Não houve deliberação legislativa em 13 das 19 sessões do Senado este ano. Isso porque a pauta esteve sobrestada por medidas provisórias em 68,4% das sessões. Esse índice já é maior do que o registrado no período de fevereiro a novembro de 2004, quando as MPs não permitiram a votação de outras matérias em 56% dos dias reservados para votações.

Nos dias 2 e 3 de março deste ano, os senadores não votaram em Plenário devido a falta de acordo sobre a MP 225/04, que autoriza a Caixa Econômica Federal a comercializar os diamantes brutos que estavam em poder dos índios. De 9 a 29 de março, a pauta do Plenário permaneceu trancada pela MP 226/04, que cria o Programa

Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, aprovado dia 30 de março.

Desde então, as discussões e votações não estão sendo realizadas porque ainda não há consenso quanto ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) 2/05 referente à MP 227/04, que trata da produção e importação de biodiesel. Na fila da ordem do dia aparece ainda o PLV 3/05, que aborda o segredo de documentos sigilosos e cria uma comissão interministerial para avaliar se há ameaça à soberania nacional (MP 228/04). A Câmara também já enviou ao Senado a MP 229/04, que destina recursos e estabelece requisitos para concessão da Bolsa-Atleta e prorroga o prazo de entrega de armas pela Campanha do Desarmamento.

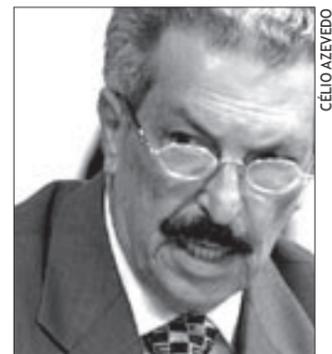
Outras propostas esperam meses para ser votadas

Com a paralisação das deliberações em Plenário, dezenas de matérias, entre elas propostas de emenda à Constituição e projetos de lei, se acumulam na pauta, esperando meses por uma deliberação.

Esse é o caso da PEC 40/00, da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), que trata da obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade. A PEC aguarda a quinta e última sessão de discussão em primeiro turno há semanas. “Não há preocupação do governo com a votação de matérias que sejam importantes para a população”, afirma a senadora.

Para Heloísa, as alterações no rito das MPs não provocarão mudanças significativas enquanto não forem observados realmente os critérios de urgência e relevância exigidos pela Constituição. “MP só deve ser editada em casos de calamidade e caos social que exijam uma resposta ágil do Legislativo”, observou.

O senador Romeu Tuma



Para Tuma, obstrução constante da pauta pelas MPs humilha o Congresso

(PFL-SP) reclama que o governo sufoca o Congresso com o uso exagerado de MPs. Para ele, é fundamental que sejam definidas regras mais rigorosas para a edição das medidas. “Essa obstrução da pauta causa a humilhação do Congresso Nacional, que acaba ficando sem legislar”, disse Tuma.

O senador destaca que existem ainda 54 MPs do antigo sistema – vigente até setembro de 2001, quando foi publicada a Emenda Constitucional 32 – sem qualquer deliberação.

COMISSÕES

Senado tenta evitar vai-e-vem da PEC Paralela



Os senadores começaram a examinar na semana passada as 23 alterações que os deputados fizeram na PEC Paralela da Previdência, proposta de emenda constitucional originada no Senado, em 2003, durante a tramitação da reforma previdenciária. A proposta, que visa restabelecer alguns benefícios dos servidores públicos retirados pela reforma, foi o caminho aceito pelos senadores para aprovar as mudanças na previdência do funcionalismo, apresentadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se transformou na Emenda Constitucional 41, de dezembro de 2003.

No primeiro debate sobre a PEC Paralela, ficou claro que os senadores vão enfrentar um dilema: se mexerem nas alterações feitas pelos deputados, boa

parte da emenda terá de voltar ao exame dos deputados. Se não o fizerem, estarão concordando com as mudanças, algumas delas inseridas no último instante das votações na Câmara, quando os líderes governistas cederam para evitar que o projeto fosse modificado ainda mais. Alterada no Senado, a emenda cairia no que os parlamentares chamam de pingue-pongue dos projetos – vai-e-vem entre a Câmara e o Senado –, porque nenhuma das Casas concorda com o último texto votado.

– Evitar um pingue-pongue é uma das minhas preocupações. Estou começando a analisar o assunto e vou conversar com os líderes do Senado sobre o acordo que fizeram com as oposições, no final de 2003, para ter a reforma da Previdência aprovada. Não podemos cair num pingue-pongue eterno – adverte o relator da PEC Paralela, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Um caminho, entretanto, é possível para evitar o pingue-pongue completo e já foi seguido em outras propostas de emendas constitucionais: as Mesas do Senado e da Câmara podem promulgar as partes coincidentes aprovadas pelos deputados e senadores. Recentemente, isso ocorreu com parte da reforma tributária.



Rodolpho Tourinho negocia com líderes partidários acordo para a proposta

Senadores pedem subteto também para policiais

Diversos senadores defenderam na semana passada não apenas a manutenção do texto da PEC Paralela aprovado pela Câmara, mas também a inclusão dos policiais militares entre as carreiras que terão como subteto o salário dos desembargadores estaduais. Emenda nesse sentido já foi apresentada pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC).

De acordo com a PEC Paralela, as carreiras de delegado de polícia, procurador, defensor público, advogado e agente fiscal terão como limite o subteto salarial aplicado aos desembargadores estaduais. Na PEC aprovada pelos senadores em 2003, essas carreiras tinham salários vinculados aos dos governadores. Potencialmente, a mudança pode aumentar os gastos públicos, já que os desembargadores têm como limite 90,25% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (cerca de R\$ 19.115), enquanto o Executivo federal, por exemplo, tem como teto R\$ 8.500. O impacto da inovação da Câmara varia de estado para estado, já que a diferença entre o salário de desembargador e o de

governador é grande em alguns e pequena em outros.

Romeu Tuma (PFL-SP) protestou contra a forma como o tema vem sendo apresentado pela imprensa e pelos governadores, que têm se posicionado contrariamente ao texto da Câmara dos Deputados. Ele negou que a equiparação do teto dos delegados aos dos desembargadores represente aumento de salário e explicou que teto não é piso.

– Não se trata disso, mas apenas de rever uma injustiça em relação aos delegados, uma vez que eles deveriam estar enquadrados nas carreiras jurídicas – afirmou, lembrando que os concursos para o cargo exigem bacharelado em Direito.

Um dos maiores articuladores da PEC, Paulo Paim (PT-RS) considera que somente um acordo de líderes poderá alterar o texto e incluir os militares entre os beneficiários do novo subteto.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) apelou à sensibilidade do relator da matéria, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), para acatar as inovações feitas na Câmara.



Tuma, Paim e Crivella durante audiência com representantes de carreiras que pedem equiparação ao subteto dos desembargadores

Novo subteto para carreiras do Executivo causa polêmica

Na quinta-feira, por proposta do senador Paulo Paim (PT-RS), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promoveu audiência pública sobre a PEC Paralela com representantes de servidores que conseguiram ver aprovadas algumas reivindicações durante a tramitação na Câmara – delegados de polícia, advogados e agentes tributários estaduais.

Os deputados concordaram que os subteos salariais dessas classes não serão mais os salários dos governadores (Poder Executivo), mas sim o dos desembargadores (Judiciário), geralmente mais elevado. O subteto dos desembargadores será fixado, conforme a PEC Paralela, em 90,25% do salário de ministro do Supremo Tribunal Federal, hoje em R\$ 19.115. Isso significa que o subteto dessas categorias ficaria em R\$ 17.251, valor que, na maioria dos casos, será mais elevado que a remuneração do governador.

Na audiência pública da CAS aconteceu o que o governo menos deseja. Os oficiais das polícias militares também rei-

vindicaram o novo subteto, acompanhando os delegados. O argumento é o mesmo usado na Câmara: delegados e advogados dos executivos estaduais sustentam que seu trabalho diz respeito diretamente ao Judiciário e, assim, devem ser equiparados aos servidores desse Poder. Os governadores discordam da mudança feita pelos deputados federais na PEC Paralela, ponderando que o aumento do subteto provocará “caos financeiro, econômico e administrativo” nas finanças estaduais, conforme o governador do Ceará, Lúcio Alcântara.

A mudança de subteto, no entanto, não é a única que tem mobilizado os servidores. Eles detectaram que a parte do projeto que trata da volta da paridade salarial entre servidores ativos e inativos (mesmos reajustes) perdeu duas linhas. A Câmara dos Deputados manteve a paridade para os atuais servidores, quando se aposentarem depois de 20 anos de serviço público, porém os seus pensionistas não receberão os mesmos reajustes dos ativos.

Deputados criam dispositivo para evitar redução de salários

Entre as mudanças introduzidas pelos deputados na PEC Paralela, encontra-se um parágrafo que busca impedir os governadores de diminuir demais seus salários, se forem obrigados a reduzir a folha salarial do estado. O parágrafo determina que nenhum governador poderá ganhar menos que a metade do maior salário do serviço público brasileiro, no caso o dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Se mantida essa parte do projeto, nenhum governador poderá receber menos que R\$ 9.557,50.

Os partidos políticos começaram, a partir de agora, a tomar posição sobre o novo texto da emenda paralela. O líder do PFL, senador José Agripino (RN), informou que vai reunir a bancada para conhecer o pensamento de seus colegas. O líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), disse que a tendência do partido será pela manutenção do projeto original aprovado pelos senadores.

– Cada palavra num projeto desses pode significar milhões de reais. Vou estudar profundamente a matéria antes de emitir meu parecer – disse o relator, senador Rodolpho Tourinho.

A PEC Paralela encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e não há prazo para sua votação.

Porém, em audiência concedida na semana passada a 59 entidades de delegados, promotores e fiscais, estaduais e federais, o presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu agilizar o exame da proposta.

PEC Paralela: o que propõem as duas Casas

Assunto	Senado	Câmara
Subteos salariais do funcionalismo dos estados e dos municípios	No Executivo estadual, o subteto será o salário do governador. No Judiciário estadual, o do desembargador - 90,25% do vencimento de ministro do STF. No Legislativo estadual, o subteto será o salário do deputado estadual. No município, o do prefeito	Mantém os subteos, mas diz que os delegados de polícia, os advogados e os agentes fiscais tributários não terão como subteto o salário do governador, e sim o do desembargador, geralmente mais elevado
Piso salarial do governador	Não trata do assunto	Nenhum governador poderá ganhar menos que a metade do teto salarial brasileiro, que é o do ministro do Supremo Tribunal Federal, equivalente a R\$ 19.115
Recenseamento previdenciário	Deve ser feito a cada cinco anos. Dados do sistema previdenciário devem ser divulgados até pela Internet. Prevê representantes de todos os Poderes na gestão da previdência do funcionalismo.	Suprimido no texto aprovado pelos deputados
Deficientes	Terão critérios diferenciados para aposentadoria	Mantida a decisão dos senadores
Contribuição previdenciária de inativos com doença incapacitante	Eles só pagarão os 11% na parte que superar o dobro do limite de benefícios do INSS, ou seja, acima de R\$ 5.017,44	Mantido o texto do Senado.
Inclusão previdenciária	Trabalhadores sem vínculo empregatício e donas-de-casa poderão ter alíquotas de contribuição ao INSS e prazos de carência menores.	Mantido
Redução de salários	Governadores não poderão reduzir seus salários, para diminuir peso da folha do funcionalismo.	Suprimido pela emenda dos deputados.
Paridade ativo/inativo	Quem estava no serviço público em 30.12.2003 terá direito a reajustes idênticos aos dos ativos quando se aposentar.	Mantido para o servidor que se aposentar, mas excluída a paridade para seus pensionistas.
Redução de idade de aposentadoria por excesso de tempo de serviço	Quem completar 30/35 anos de serviço (mulher/homem) e 25 anos de serviço público poderá descontar um ano na idade mínima de 55/60 anos para cada ano excedente de contribuição.	Só terá direito a esse desconto (transição) quem tomou posse no serviço público até 16 de dezembro de 1998 (reforma previdenciária de FHC).

COMISSÕES

Conselho de Comunicação cria cinco grupos técnicos



O Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso

Nacional, criou na última segunda-feira cinco comissões técnicas para agrupar por assunto os estudos e debates em andamento. Elas irão tratar de regionalização da programação, tecnologia digital, radiodifusão comunitária, TV a cabo e concentração da mídia.

Presidido por Arnaldo Niskier, o conselho é formado por representantes da sociedade civil, das empresas de comunicação e por profissionais da área.

Na próxima reunião, marcada para 3 de maio, os conselheiros deverão aprofundar a discussão sobre publicidade de bebidas alcoólicas, inclusão digital e a nova Lei de Comunicação de Massa.

Gilberto Carlos Leifert, representante das empresas de televisão, deverá apresentar parecer sobre o tema "O álcool nos meios de comunicação", enquanto Roberto Wagner Monteiro, representante da sociedade civil, fará relatório sobre o acordo entre a Globopar, empresa das Organizações Globo, e a Telmex, do mexicano Carlos

Slim, para controlar a operadora de canais de TV a cabo Net Serviços de Comunicação.

A questão da publicidade de bebidas alcoólicas já foi discutida pela antiga composição do Conselho de Comunicação, ocasião em que o então presidente do órgão, José Paulo Cavalcanti, encaminhou moção para que o Congresso aprovasse legislação restritiva a anúncios de bebidas.

Quanto à inclusão digital, os conselheiros devem analisar as aplicações do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), criado em 2000 para financiar serviços de telecomunicações que não seriam normalmente prestados pela iniciativa privada em razão de custos altos e do baixo retorno. Os recursos provêm principalmente da arrecadação de 1% sobre o faturamento mensal das empresas de telecomunicações.

Já o debate sobre a nova Lei de Comunicação de Massa, ou Lei Geral do Audiovisual, deve considerar as propostas de alteração da Lei Geral das Telecomunicações (4.117/62) e da Lei da TV a Cabo (9.472/97). O tema é tratado como prioridade pela Secretaria de Audiovisual do Ministério da Cultura.



O presidente, Arnaldo Niskier (E), e o vice, Luiz Flávio Borges D'Urso, durante a reunião do Conselho de Comunicação Social

Senado examina novas regras para publicidade de álcool

Vários projetos em tramitação no Senado propõem mudanças na Lei 9.294/96, que regulamenta a propaganda de bebidas alcoólicas. O texto é válido para bebidas com teor alcoólico superior a 13 graus GL (Gay Lussac) – o que inclui vinho, cachaça e uísque, entre outros, mas exclui cerveja, por exemplo.

A proposta mais antiga, já aprovada na Câmara, considera bebida alcoólica o líquido potável com qualquer teor alcoólico. O projeto exige que a advertên-

cia sobre a proibição da venda a menores de 18 anos conste da embalagem, do rótulo e da propaganda da bebida.

A proposição aguarda deliberação na Comissão de Educação, junto com outras propostas sobre o tema, apresentadas pela senadora licenciada Marina Silva (PT-AC), por Eduardo Suplicy (PT-SP), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Geraldo Mesquita Junior (PSOL-AC); e pelos ex-senadores Emília Fernandes, Carlos Patrocínio e Roberto Requião.

Coordenadores das comissões técnicas

REGIONALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO: Paulo Tonet Camargo (representante de empresas da imprensa escrita)

TECNOLOGIA DIGITAL: Fernando Bittencourt (engenheiro com conhecimento na área de comunicação social)

RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA: Geraldo Pereira dos Santos (representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)

TV A CABO: Berenice Isabel Mendes Bezerra (representante da categoria profissional dos artistas)

CONCENTRAÇÃO DA MÍDIA: Gilberto Carlos Leifert (representante das empresas de televisão)

Dutra é questionado sobre déficit da Petros

Durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, admitiu que a Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), plano de previdência privada dos funcionários da empresa, enfrenta um déficit atuarial de R\$ 5,2 bilhões. Mas assegurou que, ao modificar a tábua de mortalidade que era aplicada até 2001, a Petros adotou uma atitude transparente que vai evitar problemas futuros.

O pedido para o comparecimento de Dutra à CAE foi apresentado pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que pretendia ouvi-lo sobre a situação econômica da empresa. Mas as dificuldades de caixa da Petros dominaram boa parte da audiência. Na reunião, Dutra manifestou a convicção de que, a partir de 2006, o Brasil atingirá a tão sonhada auto-suficiência na produção de petróleo.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que fez em Ple-



Dutra (E), ao lado de Luiz Otávio, afirma que realismo na previsão de despesas futuras aumentou déficit da Petros

nário o alerta sobre a situação atuarial na Petros, perguntou ao presidente da Petrobras quem vai pagar pelo "rombo" no fundo de pensão. Segundo o senador, "em menos de dois anos foi revista a tábua de mortalidade utilizada". Dutra explicou que a tábua aplicada até 2001 previa que, nos últimos seis anos, morreriam 999 segurados do fundo de pensão. Na realidade, morreram 409.

- A utilização dessa tábua, embora implicasse um déficit

menor, significaria que estávamos com uma premissa absolutamente irreal. Por isso, passamos a utilizar uma tábua mais conservadora e mais condizente com a realidade – explicou.

Ele ressaltou o lado positivo da decisão: a empresa está sendo mais transparente que a maioria das instituições de previdência privada brasileiras, que continuam baseando todo o seu planejamento em tabelas absolutamente distancadas da realidade.

Propaganda também é alvo de preocupações

Confira abaixo os principais temas debatidos durante a audiência pública com o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra.

DESPESAS COM PROPAGANDA

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) indagou sobre os gastos da empresa com publicidade. Dutra informou que o percentual de gastos da Petrobras com propaganda varia entre 0,4% e 0,5% do faturamento bruto da empresa – índices bem menores que os registrados no passado.

PROGRAMA DE BIODIESEL

Eduardo Suplicy (PT-SP) quis saber quais as iniciativas da Petrobras para ajudar na expansão do programa de biodiesel. Dutra respondeu que os investimentos no programa de biodiesel ficam por conta da Petrobras Distribuidora. Em algumas regiões, a empresa já tem estrutura para comprar o combustível produzido. "Mas temos recursos para pesquisa de outras fontes de energia, como a energia eólica e solar", disse.

NOMEAÇÃO DE DIRETORES

Jefferson Péres (PDT-AM) questionou se haveria partidariação na nomeação de diretores da Petrobras. Dutra negou, assegurando que a filiação ao PT jamais se sobrepôs à capacidade técnica dos dirigentes, cujo preparo profissional ele ressaltou.

NOVO ESTALEIRO

Indagado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), Dutra admitiu que o Rio Grande do Sul pode sediar a base para construção de uma plataforma de exploração, na fronteira com o Uruguai. Segundo o presidente da Petrobras, o estado compete em igualdade de condições com outros estaleiros habilitados pela Braspetro.

CUSTO DA EXPLORAÇÃO

Delcídio Amaral (PT-MS) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediram esclarecimentos sobre a estratégia para a construção de uma nova refinaria. Dutra respondeu que os critérios se baseiam, entre outros, no mercado, na ampliação do consumo e na proteção ao meio ambiente. E informou que, no final de 2010, a Petrobras necessitará de uma nova refinaria, que deverá situar-se no Nordeste. A localização exata deve ser anunciada em seis meses.

NACIONALIZAÇÃO

Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou a exigência de altos índices de nacionalização nos 22 navios encomendados pela Petrobras. A medida, emendou Dutra, permitirá desenvolver a indústria naval brasileira.

Virgílio formaliza pedido de explicações

Insatisfeito com as respostas de Dutra, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio, submeteu à Mesa do Senado três requerimentos destinados ao Ministério de Minas e Energia, ao qual a Petrobras é vinculada.

O primeiro requerimento trata dos gastos da estatal com propaganda, passagens aéreas, cartão corporativo e pagamento de diárias.

Virgílio quer saber, entre outras coisas, quanto a empresa gastou em comunicação entre 2002 e 2004 e quanto pretende gastar em 2005 e 2006. No

mesmo documento, pergunta quantos cartões corporativos são oferecidos pela Petrobras a funcionários e dirigentes, quais são os nomes dos beneficiários e o total gasto com tais despesas em 2003 e 2004.

No segundo requerimento, o senador pede explicação para o fato de a Petros ter feito "em menos de dois anos" uma nova revisão da tábua de mortalidade dos seus segurados. Indaga ainda como será coberto o déficit, superior a R\$ 5 bilhões, apurado pelo fundo de pensão.

O terceiro requerimento tem

como objetivo colher informações sobre supostos prejuízos decorrentes da queda da produção e do atraso na entrega de plataformas de exploração de petróleo. Também cobra a razão para o fato de ter havido queda na produção, fato que não ocorria desde 1991.

- O objetivo desses requerimentos – diz Arthur Virgílio – é oferecer ao ilustre presidente da Petrobras a oportunidade de prestar os devidos esclarecimentos, já que muitas indagações minhas ficaram sem resposta na audiência pública.

COMISSÕES

Mais recursos para a educação infantil

A Comissão de Educação (CE) aprovou parecer do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) relativo ao Projeto de Lei 259/02, que destina 20% do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza ao atendimento da educação infantil em tempo integral. O relatório de Pavan, apresentado na forma de voto em separado, derrubou o parecer da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) que indicava a rejeição da matéria. A proposta ainda será examinada pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e Assuntos Sociais (CAS). Nesta, terá decisão terminativa.

Durante a discussão da matéria, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) disse que apenas investimentos na educação infantil reduzem a pobreza.

Ideli assinalou que o Fundo de Erradicação da Pobreza tem a destinação de recursos definida por um conselho, do qual o Ministério da Educação faz parte, e pode, portanto, reivindicar recursos para aplicar onde considerar melhor. Assim, a senadora acredita que a preocupação com



Pavan apóia texto que destina ao setor 20% do fundo de combate à pobreza

a destinação de recursos para a educação infantil está contemplada, mas sem "engessamento", uma vez que o fundo deve servir para destinações emergenciais.

Foi examinado ainda pela CE parecer do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) favorável ao projeto de lei da Câmara que denomina Milton Santos o Atlas Nacional do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A matéria segue para exame do Plenário. O senador Paulo Paim

(PT-RS) elogiou a aprovação do projeto e lembrou que Milton Santos era um grande intelectual, neto de escravos.

Fátima Cleide (PT-RO) pediu vista do PLS 252/99, de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que assegura investimentos para a educação indígena. O texto recebeu parecer favorável do relator, Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC). A senadora afirmou que solicitará realização de audiência pública sobre educação direcionada aos índios. Também recebeu pedido de vista – apresentado por Hélio Costa (PMDB-MG) – projeto do então senador Duciomar Costa (PLS 233/04), que trata do aproveitamento de disciplinas cursadas em nível superior.

Ao encerrar a reunião, Hélio Costa, presidente da CE, informou que nesta quarta-feira a comissão ouvirá representantes de professores sobre a reforma do ensino superior.

Incentivo para reduzir preço dos remédios

A concessão de incentivos fiscais para a produção de medicamentos e a redução da carga tributária que incide sobre os remédios estão entre os objetivos de projetos apresentados pelo senador Papaléo Paes (PMDB-AP), que assumiu a presidência da Subcomissão de Promoção e Defesa da Saúde. As propostas resultaram do trabalho realizado, durante 2004, pela Subcomissão Temporária da Saúde.

Papaléo reconheceu as dificuldades para se resolver a questão da saúde no Brasil, pelos graves problemas estrutu-

rais e conjunturais que o setor apresenta. Ele prometeu, porém, que a subcomissão trabalhará para exercer vigilância e propor medidas específicas que possam melhorar a situação.

O primeiro projeto cria incentivos fiscais para a produção de fármacos, seus insumos e medicamentos. A renúncia fiscal se dará no Imposto de Renda e no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), quando se tratar de produtos de fabricação nacional.

O segundo reduz a carga tributária sobre os medicamentos, hoje, em torno de 27%.

No âmbito federal, é o caso do PIS/Pasep e Cofins. Na esfera estadual, a maior parcela diz respeito ao ICMS.

O decreto legislativo, proposto pela subcomissão, diz respeito à obrigatoriedade de identificação clara do princípio ativo dos medicamentos, tanto nos produtos comerciais quanto nos genéricos.

Para o senador Augusto Botelho (PDT-RR), eleito vice-presidente da subcomissão, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o novo colegiado será a voz em defesa da saúde, no Senado.

CCJ discute intervenção em hospitais do Rio

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá realizar audiências para instruir o exame do projeto do senador Marco Maciel (PFL-PE) que susta dispositivos de decreto do Executivo, o qual declarou estado de calamidade pública no setor hospitalar do Sistema Único de Saúde do município do Rio de Janeiro (PDS 139/05).

O requerimento foi apresentado pelo relator da matéria, senador Demostenes Torres (PFL-GO). Ele pede a realização de duas audiências, nos dias 13 e 20 deste mês, em que deverão ser ouvidos o procurador-geral do município do Rio de Janeiro,

Júlio Rebello Horta; o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Paulo Brossard; o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, e o jurista Ives Gandra Martins.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), sugeriu a inclusão – aprovada pela CCJ – dos nomes do advogado-geral da União, Álvaro Ribeiro Costa, e do consultor jurídico do Ministério da Saúde.

Demostenes quer a realização de discussões de caráter jurídico, e, por isso, deverão ser ouvidas apenas pessoas da área do Direito.

Debate irá instruir projeto de Maciel que susta decisão do Executivo

Comissão examina legislação que pune o aborto

Com a presença dos senadores Serys Slhessarenko (PT-MT), Eduardo Suplicy (PT-SP) e João Capiberibe (PSB-AP), e da ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, foi instalada no Ministério da Educação a comissão tripartite que vai discutir a revisão da legislação que pune a prática do aborto no Brasil.

A comissão terá a duração de 60 dias e examinará os mais de 40 projetos, que tramitam no Legislativo, normatizando o aborto. O colegiado entregará relatório com recomendações de aprovação de um dos projetos ou a favor da apresentação de uma nova proposta legislativa.

Segundo estatísticas oficiais, o Brasil realiza mais de 1 milhão de abortos por ano.

Elevação de idade para aposentadoria em debate

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá realizar audiência pública, nesta quarta-feira, com os ministros da Defesa, José Alencar; das Relações Exteriores, Celso Amorim; do Planejamento, Paulo Bernardo; e com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, para debater a proposta que eleva de 70 para 75 anos a idade limite para aposentadoria compulsória do servidor público.

A PEC 42/03, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), estava na pauta da comissão para ser votada na última semana, mas venceu a sugestão do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) de realização prévia de audiência com

os ministros.

Mercadante argumentou que a matéria é controversa e requer aprofundamento.

– Há estudos de que o impacto seria pequeno na evolução da carreira da magistratura, mas traria repercussão diversa para as Forças Armadas e a diplomacia, onde, se for postergado por cinco anos o limite para a aposentadoria compulsória, as promoções serão engessadas – explicou Mercadante.

Presidente da CCJ, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) informou que a audiência tem prioridade na pauta da próxima reunião da comissão.

Simon explicou que a proposta visa dar oportunidade àqueles que queiram permanecer no cargo até os 75 anos.

Dia da Consciência Negra poderá ser feriado nacional

A Comissão de Educação (CE) aprovou projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que cria um novo feriado nacional, em 20 de novembro. Essa data, Dia da Consciência Negra, é o aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, escravo morto em 1695. O projeto (PLS 302/04) teve como relatora a senadora Fátima Cleide (PT-RO) e é terminativo. A proposta segue para exame da Câmara dos Deputados, a não ser que pelo menos nove senadores exijam que o Plenário do Senado delibere sobre o tema.

Paim argumentou que tornar a data especial é “uma forma de sanar a dívida histórica que o país tem com os negros”.

O presidente da comissão, senador Hélio Costa (PMDB-MG), defendeu a matéria e sugeriu a aprovação de projeto que regulamentasse o número de feriados.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu projeto de Paulo Paim que



Autor do projeto, Paim diz que data é “uma forma de sanar dívida com heróis negros”

instituiu o Diploma Lanceiro Negro, a ser concedido, anualmente, a dez cidadãos que ofereçam contribuição relevante ao combate a todo tipo de preconceito ou discriminação, seja de raça, cor, idade, sexo, etnia, religião ou deficiência (PRS 21/04).

O diploma será entregue em sessão especial do Senado a realizar-se em 14 de novembro.

Agricultura convidará ministros para audiências

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou requerimentos determinando a realização de audiências públicas com os ministros da Fazenda, Antonio Palocci; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues; e do Meio Ambiente, Marina Silva.

Palocci vai falar sobre a safra agrícola de 2005, além de tratar da questão do endividamento do setor. Autor do requerimento que pediu a presença do ministro, o senador Osmar Dias (PDT-PR) solicitou urgência na realização do debate. Ana Júlia Carepa (PT-PA) sugeriu que sejam elencados setores que não podem ter recursos orçamentários contingenciados na área agrícola para que as informações sejam apresentadas ao ministro durante a audiência.

Roberto Rodrigues, da Agri-

cultura, deverá discutir os problemas que vem enfrentando a indústria de vinhos brasileira. Segundo um dos autores do pedido de audiência, senador Pedro Simon (PMDB-RS), está havendo “competição desleal”, pois os vinhos de outros países do Mercosul chegam ao mercado mais baratos do que os nacionais, que pagam pesados impostos. Também assinaram o documento os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Foi aprovado ainda requerimento para realização – em conjunto com as comissões de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Regional – de audiência com a ministra Marina Silva, que apresentará o Plano da Amazônia Sustentável. Ana Júlia destacou a importância de se fazer a reunião em conjunto a fim de organizar os trabalhos do Senado.

COMISSÕES

Saúde dos índios tem a ver com acesso à terra

A morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso do Sul foi discutida em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O diretor do Departamento de Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Alexandre Padilha, afirmou que as atuações médicas em favor dos índios têm limites e que as soluções não serão definitivas "se a questão da terra não for solucionada". Segundo ele, "sem acesso à terra, essas populações não terão como produzir alimentos, defender sua identidade cultural ou incluir-se na sociedade de forma ativa". Padilha também informou que o Ministério da Saúde instalou um centro de acompanhamento nutricional em Dourados (MS) e que na aldeia guarani-caiová, onde a situação é mais grave, haverá equipes permanentes para cuidar de gestantes e crian-

ças, entre outras medidas.

Em resposta ao senador João Capiberibe (PSB-AP) sobre recursos destinados para cuidados com indígenas, Padilha afirmou que em 2004 foram R\$ 124 milhões e em 2005 a previsão é de R\$ 202 milhões, além de verbas enviadas às prefeituras.

O agricultor indígena Adair Gonçalves Sanches, de Amambai (MS), confirmou denúncias feitas por ele em 1992, contra a ONG Projeto Kaiowá Nhandeva (PKN), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o PT. Segundo ele, os índios são levados a dizer que certas propriedades são "terras indígenas", de forma a facilitar sua desapropriação. Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) apresentou requerimento solicitando a presença de representantes dessas instituições e informou que, em 2002, houve apenas uma invasão de terras no estado, em 2003 foram 15 invasões e, no ano passado, 17.



Ao lado de Juvêncio da Fonseca (D), Adair Sanches confirma denúncias feitas em 1992 contra o Cimi, o PT e uma ONG

CPI ouve Inbra sobre conflito em Pernambuco

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana - CPI da Terra - ouviu na quinta-feira a delegada da Polícia Federal (PF) Miriam Fumie Takano Omori, citada em 29 de março no depoimento do fazendeiro Manoel Domingues Paes Neto à CPI, e a superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra) em Pernambuco, Maria de Oliveira, que falou sobre a violência rural no estado.

A delegada Miriam Fumie se defendeu de denúncias do fazendeiro paulista. Em seu depoimento à CPI, Manoel desmentiu o relato que fizera em 2003 à delegada, vinculando o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, ao armamento de milícias

privadas no Pontal do Paranapanema (SP), e afirmou que tal relato foi "tomado à força" pela PF. A delegada defendeu-se apresentando o auto de prisão em flagrante de Manoel, no qual ele diz não ter sido coagido, e o exame de corpo de delito feito logo após a prisão, indicando inexistência de marcas de violência.

A outra depoente, Maria de Oliveira, afirmou desconhecer que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) cobre "pedágio" das famílias assentadas, o que, segundo denúncias recebidas pela CPI, estaria ocorrendo em Pernambuco.

Segundo o presidente da comissão, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), essa é uma das questões que ainda precisam ser esclarecidas.



Deputado João Alfredo e senador Alvaro Dias (C) ouvem a delegada Miriam negar o uso da força contra fazendeiro



Presidente da CRE, Cristovam Buarque (C) coordenou debate sobre internacionalização da floresta

Especialistas vêm ameaça à Amazônia

O secretário de Política e Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, almirante Miguel Ângelo Davena, e o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ressaltaram a necessidade de investimentos brasileiros na defesa da Amazônia. Eles se manifestaram em audiência pública na quinta-feira na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O requerimento para a realização da reunião sobre o tema "A Internacionalização da Amazônia: Risco Real ou Temor Infundado" foi apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Davena opinou que o desenvolvimento econômico nas faixas de fronteira deverá ser feito com

a ocupação gradual e sistemática dessas áreas.

O almirante destacou que a Amazônia Legal representa cerca de 60% do território brasileiro. Ele observou que a região abriga um terço das florestas do planeta e uma bacia hidrográfica que, com seus recursos hídricos, representa um quinto da disponibilidade de água doce do mundo. Também ressaltou que a região tem uma rica biodiversidade, com oito milhões de espécies; ocupa a vigésima parte da superfície terrestre; e possui reservas minerais de ferro, manganês, cobre, cassiterita, bauxita, caulim, ouro, gás e petróleo.

Sugestão de Pascal Lamy serve de alerta

Como exemplo da cobiça de

países estrangeiros em relação à Amazônia, Pinheiro Guimarães citou declarações atribuídas ao ex-comissário da União Européia Pascal Lamy, no sentido de que não se deve pensar em propriedade da região amazônica, mas em "gestão coletiva".

A ex-embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Donna Hrinak, compareceu à comissão no momento em que se discutia a autenticidade de um livro americano onde o mapa do Brasil apareceria desvirtuado.

Segundo informações, no mapa, que estaria sendo divulgado na Internet, a Amazônia teria sido denominada "área de preservação internacional". A ex-embaixadora negou a existência de livro americano com tal mapa.

Senadores divergem sobre riscos

Na audiência da CRE, Jefferson Péres disse não acreditar no risco de ocupação da região. Ele lembrou ter sugerido o debate para dar satisfação à opinião pública.

- As empresas estrangeiras podem vir explorar os minérios; por que então invadir a Amazônia? O embaixador Samuel Guimarães e o Itamaraty dão importância demais ao Pascal Lamy - assinalou Jefferson, para quem o governo federal somente deveria reagir a declarações ou a posições oficiais e não a opiniões pessoais.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) tem posição contrária. Para ele, o interesse por matérias-primas pode levar à ocupação militar da Amazônia.

Segundo o senador, os brasileiros devem proteger a região e promover o desenvolvimento sustentável. Ele defendeu a introdução, no Protocolo de Kyoto,

de compensações pela preservação de florestas.

- Se compensassem a preservação da floresta natural, ela não seria destruída. O pequeno agricultor derruba e queima a floresta para sobreviver - observou Raupp.

Já Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a criação de um plano de desenvolvimento da Amazônia.

O cientista político Clóvis Bri-

gagão, da Universidade Cândido Mendes, disse que a destruição da Amazônia está sendo feita pelos próprios brasileiros, que não conseguem integrá-la.

Consultor da ONU, o professor Armando Mendes considerou real o risco de internacionalização das riquezas da região.

Em Plenário, o senador Sibá Machado (PT-AC) afirmou que "o comportamento dos brasileiros com a região é de grilagem", e isso alimenta as críticas externas de que a gestão da floresta é irresponsável.

A destruição da Amazônia está sendo feita pelos próprios brasileiros

Paim é escolhido presidente da Subcomissão da Igualdade

Paulo Paim (PT-RS) foi escolhido na quinta-feira presidente da Subcomissão Permanente de Igualdade Racial e Inclusão, que vai funcionar no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A nova subcomissão, que contará com sete membros titulares e igual número de suplentes, terá como vice-presidente o senador Mão Santa (PMDB-PI). Segundo Paim, o colegiado servirá para mobilizar a sociedade para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e para discutir denúncias de práticas racistas e preconceituosas encaminhadas pela sociedade.

- A subcomissão vai ser um instrumento de inclusão social e de combate ao preconceito. A capacidade de um homem não se mede pela cor da pele, mas, sim, pelas suas idéias. Quando eu falo em racismo não é só a questão do negro, mas também a do branco, do índio, da mulher, da criança, do idoso e de questões ligadas a gênero, idade, sexo e procedência.

Tentativa de avançar na redução do desemprego

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, foi instalada a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência Social. Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Marcelo Crivella (PL-RJ) foram eleitos presidente e vice-presidente da subcomissão.

A iniciativa foi do próprio Paulo Paim, que considerou necessário um fórum exclusivo para o debate e aperfeiçoamento da legislação. A reunião de instalação foi presidida pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), que definiu essa nova subcomissão como fundamental para fazer o Brasil avançar na redução do desemprego. Paim conseguiu aprovar a realização de audiência, em 12 de maio. O primeiro convidado será o empresário Francisco Simeão, proprietário de uma empresa de pneus no Paraná, que reduziu de 44 para 36 horas semanais a jornada de trabalho dos seus empregados, sem reduzir salário, e, mesmo assim, aumentou a produtividade e o lucro.

COMISSÕES

Meirelles pode falar sobre acusação de crime eleitoral e evasão de divisa

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) decidiu convidar o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para prestar esclarecimentos, em audiência pública, sobre as acusações apresentadas pelo procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Meirelles está sendo acusado de crime contra o sistema financeiro nacional, evasão de divisas do país e crime eleitoral. O convite foi requerido pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

A comissão também aprovou o parecer favorável apresentado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) 71/03, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC). O projeto propõe que o Ministério da Saúde passe a prestar contas ao Congresso Nacional de sua gestão do Sistema



Durante reunião da CMA, Quintanilha (em pé, à esquerda), presidente do colegiado, fala com Jonas, Virgílio e Antero

Único de Saúde (SUS). Atualmente a legislação determina que o SUS preste contas apenas nas esferas municipal e estadual. Segundo Flexa Ribeiro, a avaliação da gestão do SUS "configuraria importante instrumento para que o Congresso Nacional torne mais efetiva a sua função fiscalizatória na área de saúde".

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Presidente da CVM será chamado para audiência

No reunião foi aprovado ainda requerimento do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), presidente da CMA, convocando

o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Ministério da Fazenda, Marcelo Fernandes Trindade, a tratar, em audiência pública, sobre as investigações que a CVM vem fazendo na empresa Avestruz Master - Agro Comercial, Importação e Exportação Ltda. Segundo a CVM, a Avestruz Master comercializa avestruzes por meio da emissão de Cédulas do Produtor Rural (CPR) sem estar registrada como companhia aberta. Somente com tal registro a empresa poderia oferecer ao público títulos ou contratos de investimento coletivo.

A Comissão de Valores Mobiliários divulgou em sua página na Internet que determinou a interrupção, pela empresa, da comercialização de avestruzes por meio de CPRs, e um alerta aos investidores afirmando ser arriscada a aquisição de cédulas emitidas pela Avestruz Master.

Comissão indaga sobre envio de recursos pela Parmalat

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) solicitará informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre operações de transferência para o exterior, no valor de R\$ 527,6 milhões, realizada pela Parmalat por intermédio do Banco Santander.

O requerimento da solicitação de informações, apresentado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), inclui indagações quanto à finalidade das operações realizadas sob a rubrica CBCP (Disponibilidades no Exterior) e o dispositivo legal que as regulamentam. Também questiona para qual instituição financeira foram remetidos os recursos da operação e em que país está localizada; e se os recursos foram transferidos em reais ou convertidos em outra moeda.

O relator da matéria, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), observou que o requerimento reflete a preocupação do Legislativo com a situação de "graves dificuldades e irregularidades na gestão dos negócios" da Parmalat internacional, que poderiam levá-la a um estado de insolvência, conforme foi amplamente noticiado pela imprensa em 2004.

Crivella lembrou que a empresa tem grande destaque no setor de alimentos e laticínios, com extensa rede de fornecedores de produtos *in natura* de produtores rurais brasileiros. A possibilidade de cessação de suas atividades no país, recordou o senador, causou grande temor, principalmente pela notícia de que o patrimônio da empresa aqui instalado seria utilizado para cobrir operações financeiras da matriz, na Itália.

BC é investigado por não enviar metas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) instaurou diligência para apurar os motivos pelos quais o Banco Central não encaminhou as programações monetárias do terceiro e quarto trimestres de 2004 e do primeiro trimestre de 2005. O senador Delcídio Amaral (MS), que requereu a diligência, disse esperar que o Legislativo encontre meios eficazes de supervisionar as metas da política monetária.

Os senadores Jefferson Pêres (PDT-AM) e Romeu Tuma (PFL-SP) manifestaram apoio à proposta de Delcídio. O objetivo é que o Senado crie mecanismos para monitorar o Banco Central. Jefferson afirmou não temer a autonomia do Banco Central, desde que seus dirigentes se comprometessem com uma política monetária e metas de inflação e prestassem contas ao Senado.



Delcídio Amaral: Legislativo precisa encontrar meios de fiscalizar a política monetária

Segundo Delcídio, já foi debatida na comissão a caducidade do procedimento de aprovação da programação monetária do BC pelo Senado. Ele citou o Projeto de Lei 326, de autoria do senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), que revoga dispositivos da Lei do Real sobre o assunto.

Mais verbas para o controle do espaço aéreo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer favorável à solicitação da Presidência da República (MSF 100/05) de autorização para contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 698,7 milhões, visando à



Romeu Tuma

aquisição de aeronaves para dois projetos: CL-X e Modernização do P-3. Eles integram o Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. O empréstimo será contratado pela União com um consórcio de bancos formado

por BBVA, BNP Paribas e Santander.

O relator da matéria, senador Romeu Tuma (PFL-SP), explicou que o objetivo do projeto P-3 é dotar a Força Aérea Brasileira (FAB) de uma frota de aeronaves de patrulhamento e ataque. Para o projeto CL-X, serão comprados 12 aviões leves para transporte e lançamento aéreo, evacuação aeromédica e busca e salvamento. Em ambos os projetos, venceram propostas da fornecedora espanhola EADS Casa.

CCJ suspende execução de lei vetada pelo Supremo

Cinco projetos de resolução suspendendo a execução, em parte ou no todo, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (STF) foram aprovados na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As matérias seguem agora para promulgação.

Entre os projetos de resolução aprovados pela CCJ, após o envio de ofício pelo STF, conforme prevê a Constituição federal, está o que trata da caracterização de imóvel como rural ou urbano com vistas ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), no município paulista de Sorocaba. Na mesma reunião, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), ficou decidido que o colegiado irá votar nesta semana proposta de emenda à Constituição (PEC 46/04) que considera brasileiros natos os nascidos no exterior, desde que sejam filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira. A proposta é de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). A estimativa é que, atualmente, existem mais de 100 mil brasileiros apátridas residindo no exterior, nascidos depois de 1994. A matéria não foi apreciada na reunião do dia 6 em virtude de pedido de vistas solicitado pelo senador Almeida Lima (PSDB-SE).

Antonio Carlos vai propor voto para escolha de conselheiros

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), deve formalizar aos líderes partidários e ao presidente do Senado decisão sobre o processo de escolha dos dois nomes a serem indicados pela Casa para integrar o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público. A idéia é colocar uma urna no Plenário, para que os senadores possam votar nos nomes indicados. A proposta teve acolhida dos líderes do PMDB, Ney Suassuna (PB), e do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP). Já o senador Demostenes Torres (PFL-GO) lembrou que as indicações do Senado devem ser feitas pelos líderes partidários, antes de passar pela CCJ e pelo Plenário.

Regulamentação da reforma do Judiciário

A comissão especial mista que regulamentará a reforma do Judiciário foi instalada na última terça-feira e deve elaborar, em 180 dias, os projetos de lei para regulamentação das matérias sobre ampliação e celeridade do acesso do cidadão à Justiça, tratadas na Emenda Constitucional 45.

Aprovada mudança no Código de Processo Penal

A CCJ aprovou, também no dia 6, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 526/03, de autoria do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que substitui por "arresto" o termo "seqüestro" no Código de Processo Penal. O relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), explica que o Código de Processo Penal denomina "seqüestro" tanto a apreensão dos bens que o acusado adquiriu com o produto do seu crime quanto o que é definido pelas leis e dicionários como arresto: a apreensão judicial de bens não litigiosos do suposto devedor, para garantia de eventual execução contra ele. Outra mudança é no artigo 13 do código, que trata de hipoteca, onde o termo "móveis" será substituído por "imóveis".

Projeto polêmico gera realização de audiência

Governo e oposição decidiram realizar audiência pública na Comissão de Justiça e para aprofundar os debates em torno de projeto de iniciativa da Presidência da República (PLC 54/04) que altera o Código de Processo Civil (CPC), dando maior celeridade ao cumprimento do procedimento de execução de sentença. O autor do requerimento foi o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

JOÃO PAULO II

Um homem do tamanho da sua fé



O presidente do Senado, Renan Calheiros, com a delegação enviada pelo Brasil aos funerais do Papa

A morte do papa João Paulo II, ocorrida no último dia 2, foi motivo de vários pronunciamentos dos senadores ao longo da última semana. Ao homenageá-lo, os parlamentares - católicos ou não - destacaram o espírito pacificador, as grandes habilidades de comunicação, a sabedoria política e a sensibilidade

social que garantiram ao polonês Karol Wojtyła um lugar único na história não apenas da Igreja, mas de toda a Humanidade. Popular entre os mais humildes, prestigiado pelos poderosos, ele soube, como ressaltou o senador José Sarney (PMDB-AP), "identificar-se com os povos e os fiéis de todo o mundo".

Renan Calheiros

"Karol Wojtyła empunhou a bandeira da luz em um tempo de trevas, pregou a paz e o amor em um tempo de guerras e egoísmo, e lembrou aos homens que o divino existe"

José Sarney

"Um dos mais impressionantes aspectos da personalidade de João Paulo II foi sua capacidade de compreender, de assumir por completo, de se identificar com os povos e com os fiéis de todo o mundo"

Pedro Simon

"O funeral foi a mais fantástica manifestação popular dos últimos tempos. Me chamou a atenção o grande número de jovens e a reunião de tantas autoridades"

Delcídio Amaral

"Milhares de análises estão sendo produzidas nestes dias de luto. A maioria perguntando qual o segredo daquele homem vestido de branco, cujo magnetismo atraía milhões de homens e mulheres por onde ele passava"

Flexa Ribeiro

"João Paulo II, o chefe da Igreja Católica, conquistou o coração das famílias e dos jovens de todo o mundo com seu espírito de peregrino, seu carisma, sua firmeza e seu alto grau de humanismo"

Paulo Paim

"O Papa defendeu a reforma agrária, pediu perdão ao mundo pelo mal que a Inquisição causou, pediu perdão ao continente africano, que teve seu povo escravizado por alguns povos. Mas não se omitiu frente à luta contra as desigualdades sociais, a fome, a miséria e os horrores da violência"

Leonel Pavan

"No meu segundo mandato como prefeito da cidade de Balneário Camboriú, foi inaugurado, em função da terceira visita do Papa ao Brasil, o monumento "Cristo Luz". Um ano depois, em 1998, visitei o pontífice na Itália e tive a chance de entregar-lhe a réplica da estátua de Jesus Cristo"

Garibaldi Alves

"O Papa foi contraditório porque complexo, como todos os grandes homens da Humanidade o foram, grande guia intelectual e espiritual dos nossos tempos"

Luiz Otávio

"Que Deus ilumine o conclave de cardeais que vai escolher o sucessor de Karol Wojtyła, para que ele dê continuidade ao progresso e crescimento da nossa Igreja Católica"

Alvaro Dias

"João Paulo II foi capaz de oferecer à Humanidade novos paradigmas de tolerância e perdão. Nas romarias que fez, deixou a marca de sua obstinação pela concórdia entre os homens"

Teotônio Vilela

"Vai ser difícil suceder a um papa que foi o primeiro a entrar numa sinagoga e numa mesquita, o primeiro a pedir desculpas pelas atrocidades da Inquisição e pelos equívocos da Igreja Católica"

Serys Shlessarenko

"A morte do papa João Paulo II entristeceu a todos, independentemente de pertencerem ou não à comunidade católica, porque ele foi um homem que ultrapassou as fronteiras do catolicismo como peregrino da paz"

Aloizio Mercadante

"Na última homenagem ao pontífice que foi um exemplo de tolerância às diferenças e um exemplo em defesa da paz, a comitiva de autoridades de nosso país que assistiu ao sepultamento do papa João Paulo II representou devidamente a sociedade brasileira. Este gesto político não será esquecido"

Marcelo Crivella

"Meus pésames à comunidade católica. Não sou católico, mas confesso que tenho um grande amor pelos católicos. Em nome do Partido Liberal e do meu estado, o Rio de Janeiro, apresento meus votos de pesar pelo passamento do Papa"

José Agripino

"O papa João Paulo II foi um homem que levou, no limite máximo de sua resistência física, a fé aonde pôde levar, a palavra de Cristo e, mais do que tudo, a harmonia, a paz e a convivência entre os diversos segmentos da Igreja Católica"

Rodolpho Tourinho

"O Papa polonês sobressaiu-se no comando da Igreja Católica como grande comunicador e valorizador da juventude. Ressaltava, na sua figura, o homem, a firmeza na fé, a fortaleza na esperança, a ousadia com que anunciava aos homens o Evangelho de Jesus Cristo"

Eduardo Suplicy

"O papa João Paulo II foi uma das pessoas que mais contribuíram para a compreensão de que a verdadeira paz no mundo só poderia ser alcançada na medida em que, dentro de cada nação e entre as nações, fosse realizada a justiça"

Patrícia Saboya

"O Papa transcendeu a Igreja Católica. Exímio articulador político e um dos maiores comunicadores de nosso tempo, Karol Wojtyła foi um verdadeiro peregrino da fé, da paz e da esperança. O pontífice se mostrou, sobretudo, um arauto do perdão"

O Papa, ao se encontrar com índio xavante, em Cuiabá, em 1991



ORMUZD ALVES/FOLHA IMAGEM

Ideli Salvatti

"O papa João Paulo II foi uma figura humana extremamente importante, que, ao longo das duas últimas décadas, teve um papel fundamental em todas as questões relacionadas com a justiça social e a paz no nosso planeta. Uma figura denominada de peregrino, de artífice da concórdia"

Eduardo Azeredo

"João Paulo II abriu o Vaticano ao mundo e cumpriu sua grande missão: aproximar a Igreja e a fé dos que mais necessitam, sobretudo os pobres e desamparados. Com o Brasil, sempre mostrou carinho especial e aqui esteve três vezes, visitando o país que tem a maior população católica do mundo"

Flávio Arns

"João Paulo II chamou a atenção para o sentido e o valor do trabalho humano e a sua prevalência sobre o capital, e afirmou que sobre toda propriedade pesa uma hipoteca social. Ele condenou a guerra como negação de tudo isso e a qualificou de crime contra a Humanidade"

Lúcia Vânia

"João Paulo II não foi um exemplo somente para os católicos, mas para toda a Humanidade. A veemência com que se manifestou contra a guerra liderada pelos Estados Unidos na invasão do Iraque comprovou que Karol Wojtyła não se deixaria intimidar nem mesmo pela mais forte nação mundial"

PLENÁRIO

Ideli festeja sanção de projeto no Dia da Saúde

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) declarou que o Dia Mundial da Saúde deste ano ficará marcado em sua vida parlamentar. Ela disse que na passagem da data, 7 de abril, o presidente da República em exercício, José Alencar, sancionou lei de sua autoria que assegura às mulheres o direito a ter, em todo hospital público ou conveniado com o Sistema Único de Saúde (SUS), um acompanhante durante as etapas do parto.

– Quero dividir com o Plenário a emoção que senti. São poucos os parlamentares que podem comemorar tão rapidamente, em menos de dois anos de tramitação, a transformação de

um projeto de sua autoria em lei.

Participaram da solenidade de sanção, segundo a senadora, o ministro da Saúde, Humberto Costa, a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, e o médico e professor da Universidade Federal de Santa Catarina

Carlos Eduardo Pinheiro, um dos responsáveis pela idéia de permitir o acompanhamento durante o parto, tema do seu projeto.

Ideli destacou também o fato de, neste ano, o Dia Mundial da



A proposição assinada por Ideli se transformou em lei em menos de dois anos

Saúde ser dedicado à saúde da mulher e da criança, e registrou várias iniciativas do governo para melhorar a qualidade de vida da população, sobretudo nessas duas faixas.

Lúcia Vânia defende cadastro da era FHC

Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou o governo Lula por tentar, durante dois anos, em sua opinião, desmoralizar o cadastro único de famílias pobres montado na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Conforme a senadora, esse mito caiu agora por terra com a ajuda do próprio Ministério do Desenvolvimento Social, que teria chegado ao

entendimento de que a base de dados não precisa ser refeita, embora mereça atualização.

Ao solicitar a transcrição, nos Anais do Senado, de matéria publicada na *Folha de S. Paulo* que trata do assunto, a senadora lembrou que três titulares da pasta – Benedita da Silva, José Graziano e o atual, Patrus Ananias –, várias vezes, teriam

afirmado que o cadastro herdado não “serviria para nada”. O próprio presidente Lula, segundo Lúcia Vânia, classificava a base como “apenas um monte de endereços”.

A senadora avalia que, por juízos equivocados, como o referente ao cadastro único, o governo Lula passou a ser questionado por sua ação na área social.

Planejamento substitui aborto, diz Heloísa

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu em Plenário, no Dia Mundial da Saúde, o planejamento familiar e a implementação de programas de saúde reprodutiva em contraposição à prática do aborto.

Ela expressou sua estranheza e preocupação com o fato de vários parlamentares e mesmo o governo federal defenderem o aborto como “melhor alternativa” para impedir que uma

mulher tenha filhos. No seu entendimento, essa posição é “uma fraude e uma farsa técnica”.

– É inaceitável que, em vez de se trabalhar o planejamento familiar e a saúde reprodutiva, promovendo-se a democratização do acesso da mulher às novas tecnologias, fale-se em aborto. Por motivos espirituais e de saúde, não posso compartilhar a opinião de alguém que apresenta isso como extraordinário e avançado – justificou a senadora, alegando que não se trata de adotar a postura do “moralismo farisaico”, que criminaliza as mulheres.

Heloísa Helena se disse abismada com o fato de, em pleno século 21, a “curetagem de uma vida” estar sendo oferecida como meio de evitar gravidez.

– Um aborto é introduzir um espécime no canal vaginal de uma mulher e curetar uma vida – enfatizou.

Presidência



O presidente do Senado, Renan Calheiros (C), recebeu na quarta-feira (6) um grupo de deputados estaduais que vieram convidá-lo para ato público, no dia 29, em Pirapora (MG), contra o projeto de transposição do rio São Francisco. Eles alegam que o desvio de água será muito maior do que o previsto no projeto.

Chegam ao Senado contas de 2004 do TCU

Renan Calheiros recebeu, na quarta-feira, o ministro Adilson Motta, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), que veio entregar o relatório das atividades do tribunal referente ao exercício de 2004, para

exame pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O TCU auxilia o Congresso no controle e fiscalização das ações do Executivo federal.

Curtas

PREFEITOS - Um grupo de 11 prefeitos da região oeste do Pará, abrangida pela BR-163, solicitou ajuda a Renan Calheiros, para mediar junto ao governo a revisão da Medida Provisória 239/05. A MP impede atividades que degradem o meio ambiente, em áreas submetidas a estudo para criação de unidade de conservação.

DIPLOMATAS - Renan Calheiros recebeu na última semana a embaixadora da Bélgica no Brasil, Gudeliève Van Den Bergh, em encontro com a presença dos líderes do PMDB, Ney Suassuna (PB), e do PFL, José Agripino (RN). O embaixador de Portugal em Brasília, Francisco Seixas da Costa, também foi recebido por Renan.

Jefferson elogia independência de Severino

Jefferson Péres (PDT-AM) disse ser preciso louvar a atitude independente do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, em relação ao Executivo, por mais que se discorde de algumas de suas posições. Jefferson afirmou que a postura contribuiu para a aprovação da PEC Paralela, finalmente apreciada na Câmara dos Deputados, por decisão de Severino.

Ideli critica privatização da Vale do Rio Doce

Ideli Salvatti (PT-SC) pediu registro nos Anais do Senado do artigo “Que vivam bastante”, do jornalista Mauro Santayana, do *Correio Braziliense*. Na matéria, ele expressa o desejo de que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e seus ministros “tenham vida longa”, para que possam prestar contas dos prejuízos causados pela privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Raupp quer audiência sobre combustível

Valdir Raupp (PMDB-RO) informou que vai requerer audiência pública para debater questões apontadas em relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União sobre a Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC). O senador quer o comparecimento da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, e de dirigentes e responsáveis da Eletrobrás e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Simon afirma que CPIs do Congresso não acabam em pizza

Pedro Simon (PMDB-RS) contestou a afirmação de que as comissões parlamentares de inquérito do Congresso terminam em *pizza*. O senador apontou como prova a decisão da juíza Ana Paula Vieira de Carvalho, da 6ª Vara Criminal Federal, do Rio, noticiada pelos jornais na última semana, em condenar a dez anos de prisão o ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, e mais quatro ex-dirigentes da instituição, por prestarem socorro financeiro aos bancos Marka e Fonte-Cindam, em 1999. Na sentença, observou Simon, a juíza “resolveu acatar a decisão da CPI dos Bancos”.

A maioria das investigações, disse o senador, terminou com relatórios conclusivos. A CPI do Collor resultou no *impeachment* do então presidente da República, a dos Anões cassou muitos parlamentares e a do Banestado, embora não concluída, possibilitou a entrega dos documentos colhidos ao procurador-geral da República – lembrou.

Engavetamento frustrava investigações

Para Simon, o Congresso cumpriu e cumpre sua missão em relação às CPIs. O que ocorria, conforme o senador, era o engavetamento dos processos que deveriam ser enviados ao Supremo Tribunal Federal, pelo procurador-geral da República. Dessa forma, disse ele, nada acontecia. Mas essa situação se modificou e, segundo Simon, “não temos mais um engavetador, e sim um procurador”.

O senador aprovou a decisão no caso da CPI do Banestado, encerrada sem a votação do relatório. Já que os trabalhos estavam travados, ele acredita que foi feito o melhor: encaminhar a documentação ao procurador-geral, Cláudio Fonteles.

Renan manifesta apoio a suplentes

O presidente do Senado, Renan Calheiros, apoiou a reivindicação de suplentes de vereadores de vários estados que tentam anular, no Supremo Tribunal Federal (STF), decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que fixou o número de membros das câmaras proporcionalmente à população do município, resultando na extinção de 8.481 cargos em todo o país.

– Essa interpretação da lei afetou mais de 8 mil vereadores que conquistaram o mandato pelo voto popular, e não cortou despesa. Do ponto de vista do gasto público, argumento levantado em todos os momentos, não significou absolutamente nada – afirmou. A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) acompanhou a audiência.

Visto para turistas dos EUA em exame

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Eraldo Alves da Cruz, pediu apoio a Renan Calheiros, para eliminar a exigência de visto para turistas norte-americanos. A proposta faz parte do Projeto de Lei 2.430/03, de autoria

do deputado Carlos Eduardo Cadoca (PMDB-PE), próximo de ser votado na Câmara. Segundo Eraldo, o terrorismo e o desemprego mundial obrigam os EUA a limitar a entrada de turistas em seu território, mas o Brasil, ao contrário, “precisa de divisas e empregos”.

PLENÁRIO

Fátima Cleide lamenta mortes de bebês em RO

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) manifestou sexta-feira (8), em Plenário, sua solidariedade às mães e famílias dos bebês recém-nascidos que têm morrido nos últimos meses na UTI neonatal do Hospital de Base, em Porto Velho. Somente em março, relatou ela, 23 crianças faleceram no local.

Conforme a senadora, a saúde das mulheres e crianças de seu estado "não tem valor". Ela lamentou que o governador de Rondônia, Ivo Cassol, não tenha aderido ao Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, proposto pelo governo. Ao contrário, disse, só se preocupa em "colocar cascalho nas estradas".

– Reduzir a mortalidade materna e infantil não parece ser preocupação do governo de Ivo Cassol. Se assim o fosse, o governador teria dado integral apoio para que o meu estado tivesse se envolvido, logo no ano passado, no seminário para implementar o pacto pela redução da mortalidade – afirmou.

Suassuna cobra providências contra epidemia de gripe

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) cobrou, na quinta-feira (7), providências do Ministério da Saúde para preparar o Brasil contra uma eventual pandemia de gripe que já estaria atingindo a Europa. Ele disse que países europeus e da América do Norte estão estocando medicamentos antivirais. Defendeu a criação, no Brasil, de um grupo de trabalho para tratar do assunto.

– A pandemia é semelhante à Gripe Espanhola, que chega a eliminar 70% dos contaminados. Mas não tive notícias de que o Ministério da Saúde tenha começado a agir – disse.

Francisco Pereira pede pesquisas do mal de Parkinson

O senador Francisco Pereira (PL-ES) pediu, na quinta-feira (7), investimentos em pesquisas para combater o mal de Parkinson. Vítima da doença, o senador se disse preocupado com os menos favorecidos, que não têm condições de barrar seu desenvolvimento.

– Quero deixar um apelo às autoridades, para que invistam em pesquisas. Tivemos agora a liberação da pesquisa com células-tronco embrionárias, o que nos traz esperança – afirmou Francisco Pereira.

Crivella liga chacina à desigualdade social

Durante discurso em Plenário na terça-feira (5), o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) associou o recente massacre na Baixada Fluminense – em que 30 pessoas foram assassinadas nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados – às desigualdades socioeconômicas do país. Segundo Crivella, "o Brasil vive a sua pior crise econômica, social, moral e espiritual".

– As suspeitas recaem, mais uma vez, sobre policiais militares que estariam inconformados com a disciplina implantada pelo novo comandante do Batalhão de Caxias. Mas não se trata apenas de brutalidade policial. Estamos diante de um caso de brutalidade política, econômica e social, encarnada sobretudo em uma política econômica que só atende aos interesses das elites financeiras e degradam o aparelho público – declarou.

Para Crivella, chacinas como a da semana passada evidenciam a violência usada pelos policiais contra a população pobre. Como contraste, ele afirmou que dificilmente um bando de assassinos percorreria livremente as ruas de Ipanema ou do Leblon para



Crivella: "Não se trata apenas de brutalidade policial. Estamos diante de um caso de brutalidade política, econômica e social"

trucidar em duas horas dezenas de pessoas, como ocorreu na Baixada Fluminense.

Revolta contra uma barbaridade

Segundo ele, as desigualdades vêm dos "primórdios da colonização", e permitiram formar uma estrutura de poder altamente concentrada.

– Hoje, 80% dos títulos da dívida pública, cerca de R\$ 800 bilhões, pertencem a 7 mil famílias brasileiras. Não há no mundo situação semelhante de concentração de renda. E a cada

ano o abismo aumenta, porque a dívida pública é remunerada com a mais alta taxa de juros do planeta, constituindo-se na maior transferência de recursos de pobres para ricos da história do capitalismo – ressaltou.

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) disse que a chacina representou "um dos mais bárbaros e revoltantes capítulos de nossa história".

– Sete das vítimas tinham menos de 18 anos de idade. Eram adolescentes que tiveram seus sonhos e desejos cassados pela injustiça social – protestou.

Senadores atacam Lula por cortes em segurança

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou, na quarta-feira (6), o governo Lula por efetuar cortes de verbas na área de segurança pública. A medida prejudicará, segundo ele, o combate à criminalidade e à violência. Pavan relatou ter recebido diversas mensagens de conterrâneos catarinenses preocupados com os efeitos desses cortes.



Leonel Pavan

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou que, enquanto a violência se alastra por todo o país, a equipe econômica do governo tenha anunciado um corte de R\$ 242 milhões (58,8%) no orçamento deste ano para o Fundo Nacional de Segurança Pública.

– A segurança não é prioridade para o governo Lula. Não podemos imaginar que, com apenas uma campanha de desarmamento, vamos combater a violência no país – afirmou Alvaro Dias.

Para Simon, ação do Exército deve ser restrita

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou, na quarta (6), a criação, pelo governo federal, da 11ª Brigada de Infantaria Leve, sediada em Campinas (SP). Segundo o senador, 7 mil homens atuarão em todo o país, com objetivos como tomar as favelas onde o narcotráfico atua, conter rebeliões, desocupar terras ou coibir manifestações populares.

Ele afirmou que juristas como Dalmo de Abreu Dallari e Fábio Konder Comparato acreditam que intervir nas relações sociais pode se transformar num "desvirtuamento da Constituição". Pela lei máxima, o Exército só pode ser usado internamente em situações de absoluta emergência, lembrou. Ele acrescentou:

– O que assusta é saber que existe uma força de 7 mil homens que pode intervir em qualquer lugar do Brasil. É preciso lembrar que os militares estiveram no poder por mais de 20 anos, exatamente para garantir a lei e a ordem.

ACM critica esvaziamento de sessões plenárias

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) lamentou que as sessões plenárias realizadas às sextas e segundas-feiras estejam sempre esvaziadas. Para enfrentar o problema, sugeriu a marcação de reuniões das comissões nesses dias, com o registro da falta e o desconto em folha dos ausentes. Ele frisou que a medida é importante para o bom andamento dos trabalhos e para a credibilidade do Senado.

– Não quero que os senadores se zanguem comigo, mas o que está acontecendo é que eles chegam a Brasília na terça-feira pela manhã e partem de volta para seus estados na quarta à noite.

As comissões estão entupidas de pedidos de audiência pública que, se forem realizadas, não deixarão tempo para votar os projetos, que também são muitos

Senador propõe que comissões passem a se reunir às sextas e segundas-feiras

– argumentou Antonio Carlos.

Ele pediu que o senador Luiz Otávio (PMDB-PA), que estava presidindo a sessão, transmitisse

sua proposta ao presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Para Antonio Carlos, o trabalho de Plenário não ficaria prejudicado, uma vez que as sessões de segundas e sextas-feiras rendem pouco trabalho efetivo.

O senador pela Bahia ressaltou que é imprescindível garantir mais tempo de trabalho nas comissões, não somente para o bom andamento da tramitação dos projetos na Casa, mas também para melhorar a credibilidade do Senado.

Luiz Otávio prometeu encaminhar a solicitação ao presidente do Senado.

Viana quer maior atenção para saúde das mulheres

O senador Tião Viana (PT-AC) aproveitou a comemoração do Dia Mundial da Saúde, quinta-feira, para fazer um alerta para a importância dos cuidados com a saúde da mulher e da criança durante a gravidez e o parto. Ele também se declarou "frontalmente contrário" à revisão da legislação punitiva referente ao aborto, que será debatida por uma comissão instalada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Com base em dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), o parlamentar afirmou que cerca de 530 mil mulheres morrem no mundo anualmente durante a gravidez ou o parto. No Brasil, acrescentou, 81% dos municípios não possuem mamógrafo, e a cada ano registram-se 10 mil novos casos de câncer de mama. – Muitas das doenças que têm causado mortes entre as mulheres podem ser evitadas com diagnóstico correto, tratamento adequado e orientação sexual – afirmou. Ele elogiou o governo pelo lançamento, em 2004, do "Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal".



Tião Viana

Quintanilha defende retomada do debate de MP no Congresso

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) defendeu, na terça-feira (5), a retomada urgente do debate sobre os limites mínimos de reserva legal e de preservação permanente de mata nativa nas propriedades rurais, de que trata a Medida Provisória 2.166/01.

A questão afeta o setor agrícola, que, segundo Quintanilha, vem trazendo resultados positivos ao Brasil no que diz respeito à produção e à geração de empregos. A "indefinição" em relação a algumas questões, de acordo com o senador, tem provocado grande inquietação e prejudicado a atividade agropecuária. O assunto não chegou a ser apreciado no Plenário do Congresso Nacional.

– Um tema de tamanha importância para o país não pode permanecer indefinidamente sem deliberação do Parlamento. – disse Quintanilha.

PLENÁRIO

Antero quer demissão do presidente do BC

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse na sexta-feira em Plenário que o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, deve pedir demissão do cargo. Meirelles foi denunciado pelo procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, ao Supremo Tribunal Federal (STF) por suspeita de sonegação de imposto, movimentação financeira irregular e crime eleitoral.

– O presidente Lula não tem coragem de demiti-lo. O governo pretende fingir que está tudo bem – disse o senador. Antero elogiou o procurador-geral por ter sido indicado pelo presidente Lula e agir com independência ao apresentar a denúncia ao STF contra Meirelles.

Antero afirmou que, dos 97 processos abertos contra instituições financeiras no Banco Central, 64 atingem o Banco de Boston, onde Meirelles atuou antes de assumir. O senador



Antero elogia procurador Cláudio Fonteles por agir com independência

observou que Meirelles mentiu na sabatina do Senado ao negar a tramitação de processos contra o Banco de Boston no BC. E acrescentou que, durante a gestão de Meirelles no BC, 41 desses processos foram arquivados. O senador cobrou “ética do PT”.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) disse que a própria independência do procurador-geral indicado pelo presidente Lula é uma

demonstração da ética do PT. Fátima Cleide lembrou que Henrique Meirelles foi eleito pelo PSDB de Goiás e não pelo PT.

O senador Tião Viana (PT-AC) disse que Antero Paes de Barros antecipa o julgamento do presidente do Banco Central, que deve ser feito pela Justiça.

– Acreditamos na inocência de Henrique Meirelles. Ele tem ajudado demais este país, mas vamos esperar pelo julgamento do Supremo – concluiu Tião Viana.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), aconselhou Henrique Meirelles a renunciar. Virgílio assinalou ser a favor da independência do BC por representar mais tranquilidade aos investidores, mas vê um empecilho que é imaginar um BC independente sob a direção de um presidente que apresenta “tantas suspeitas”.

Lúcia Vânia defende Henrique Meirelles

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu em Plenário, na sexta-feira, o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles. Ela ressaltou que Meirelles não merece ser prejudicado antes de o Supremo Tribunal Federal (STF) concluir as investigações e publicar a sentença.

– Hipoteco desta tribuna toda a minha solidariedade de companheira a um homem público que sempre pautou o seu trabalho tendo em mente o espírito público, e que está conduzindo com lisura o Banco Central – disse Lúcia Vânia.

Henrique Meirelles disputou as eleições passadas para a Câmara dos Deputados pelo PSDB, no estado de Goiás, o mesmo partido de Lúcia Vânia, tendo sido eleito. Convidado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ocupar a direção do Banco Central, Meirelles renunciou ao mandato.

Lúcia Vânia também registrou

a realização, em Rio Verde (GO), de um dos mais importantes eventos do agronegócio do Centro-Oeste – a Feira Agrishow Comigo, que reúne mais de 150 expositores. Na feira, informou a senadora, são apresentados os avanços tecnológicos alcançados nas culturas de soja, milho, feijão e também na pecuária, e são expostos equipamentos e máquinas agrícolas. Da programação do evento constam também palestras. O evento será encerrado neste sábado.

Sibá diz que governo confia em Meirelles

O senador Sibá Machado (PT-AC) também defendeu o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, esclarecendo que o Ministério Público está apenas cumprindo sua função de fiscalização pública, sem qualquer tipo de pressão por parte do governo



Lúcia Vânia afirma que Meirelles conduz seu trabalho com lisura

federal.

– O presidente do Banco Central goza da total confiança do governo federal, principalmente do nosso partido, o PT, e quero acreditar também que dos demais partidos de sustentação do governo – disse o senador.

Sibá ressaltou ter certeza de que o presidente do Banco Central não terá nenhum problema em apresentar seus esclarecimentos. O senador explicou que a decisão do governo de conceder ao presidente do Banco Central o *status* de ministro teve como objetivo evitar o “denuncismo”, que poderia afetar a imagem do país no mercado internacional.

Sibá: até 2008, mais 12 milhões terão energia

O senador Sibá Machado (PT-AC) falou na sexta-feira, em Plenário, sobre o programa Luz para Todos – lançado em 2003 pelo governo federal. O programa tem como meta levar energia elétrica a 12 milhões de brasileiros até 2008, informou o senador, sendo 10 milhões residentes em áreas rurais.

– É o programa que mais emoldura a face social que queremos dar ao nosso governo – disse Sibá.

Para todo o Brasil, o projeto está orçado em R\$ 7,4 bilhões, dos quais R\$ 5,3 bilhões serão aportados pelo governo federal e o restante partilhado entre governos estaduais e

agentes do setor, explicou Sibá. No Acre, afirmou ele, já foram aplicados R\$ 28 milhões dos R\$ 53 milhões previstos para o estado.

Esse investimento, salientou o parlamentar, evitará o reajuste das contas de luz, o que não ocorreria se o investimento fosse feito apenas pelas concessionárias de energia.

Segundo Sibá Machado, é no meio rural da região Norte que reside a maior parte da população que não tem acesso à energia elétrica: 62,5%. Ainda segundo Sibá, na região Nordeste, o índice chega a 39,3%; no Centro-Oeste, a 27,6%; no Sudeste, a 11,9%; e na região Sul, a 8,2%.

Luiz Otávio pede recursos para Rede Sarah de Hospitais

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) pediu que a equipe econômica do governo entenda a real necessidade da liberação de verbas orçamentárias para a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, principalmente o de Belém (PA), cujo edifício está pronto mas necessita de recursos para equipamentos, treinamento e contratação de pessoal.

– Estive ontem visitando mais uma vez as instalações, em Brasília, do Centro de Recuperação, Treinamento, Desenvolvimento e Pesquisa da Rede Sarah e tenho certeza que nós, congressistas, vamos continuar a apoiar essa iniciativa, essa demonstração de carinho que, ao longo de sua história, a Rede Sarah tem oferecido à sociedade e às pessoas que tanto precisam de tratamento para o atendimento de necessidades especiais – afirmou.

Luiz Otávio disse que o presidente Lula e o secretário do Tesouro, Joaquim Levy, também visitaram esse centro e conhecem as dificuldades que a Rede Sarah encontra para liberar recursos.

Heloísa Helena reivindica anistia para produtores

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu a repactuação das dívidas contraídas pelos pequenos e médios produtores rurais alagoanos que perderam a safra em razão da seca.

– É preciso uma correção das distorções da dívida, anistia para quem sofre as consequências da seca e a suspensão das execuções contra os pequenos produtores no Banco do Brasil e no Banco do Nordeste – disse. Segundo ela, a violência no campo pode aumentar.

– O governo federal não faz reforma agrária para o pequeno e o médio produtor rural. Daqui a pouco, os bancos do Brasil e do Nordeste serão os grandes latifundiários da região. Em Alagoas, 300 pequenos e médios produtores podem perder a propriedade de suas terras. O último censo já mostrava que o número de famílias assentadas é menor que o número de produtores que perdem suas terras para as instituições oficiais de crédito – afirmou.

Alvaro Dias critica gastos com publicidade

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse na sexta-feira, em Plenário, que os gastos do governo com publicidade aumentaram em R\$ 250 milhões em 2004. O governo, afirmou o senador, gastou R\$ 867,1 milhões em publicidade no ano passado, um aumento de 40,5% com propaganda e publicidade em relação a 2003.

Com essas despesas, o governo tornou-se, segundo Alvaro Dias, o principal anunciante do país. Na opinião do senador, isso contrasta com os cortes efetuados no orçamento para setores fundamentais como, por exemplo, o programa Primeiro Emprego, cujo aumento foi de apenas 0,45%.

De acordo com os dados divulgados pelo senador Alvaro Dias, o governo aplicou apenas 48% do Fundo Nacional de Segurança Pública, quando

crescem os índices de criminalidade no país.

– Esses R\$ 250 milhões deveriam ser aplicados no saneamento básico para assegurar uma boa qualidade de vida à população – frisou.

Alvaro Dias citou ainda o aumento de despesas do governo com viagens dos assessores e a decisão de criar mais 157 cargos comissionados.

– É incrível como ele pode admitir que se engorde ainda mais a máquina pública. Seria para empregar os derrotados do PT nas eleições de São Paulo e outros estados? – indagou.

Alvaro Dias ressaltou que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) demonstrou surpresa com a quantidade de assessores do governo que viajam nos fins de semana para Porto Alegre.

– Os aviões vão lotados – concluiu o senador.

“Aviões ficam lotados de servidores públicos nos fins de semana”

Aelton condena fechamento de rádios comunitárias

O senador Aelton Freitas (PL-MG) disse na sexta-feira que o fechamento de rádios alternativas no Brasil precisa ser debatido. Segundo o senador, a obstrução ao funcionamento dessas emissoras priva as comunidades dos serviços prestados por elas à sociedade local.

No último mês, relatou Aelton Freitas, só na cidade de Uberaba (MG) foram fechadas oito rádios comunitárias e aproximadamente 24 no Triângulo Mineiro. O parlamentar assinalou que os representantes das rádios alegam serem vítimas de perseguição.

– O fechamento agressivo dessas rádios, com expropriação de

bens, cria um grande desgaste e os amantes do rádio ganham mais simpatia da comunidade – destacou. O governo, informou, a pedido de representantes das emissoras, criou um grupo interministerial destinado a acompanhar a situação.

Aelton salientou que a Constituição veda o oligopólio e o monopólio da comunicação e lembrou que, durante seminário na Câmara, em 2003, o procurador da República, do Rio de Janeiro, Daniel Sarmento, afirmou que o Estado não poderia proibir o que o povo aprova, pois não há lei que discrimine as rádios comunitárias.

Voz do Leitor

DESARMAMENTO

“Gostaria de pedir aos formadores de opinião que parassem de incutir na cabeça das pessoas que a solução para a criminalidade é desarmar o cidadão. Se o bandido sabe que o cidadão está desarmado, e ele armado, tudo fica mais fácil para o bandido. Vamos punir quem não tem o registro da arma e quem anda com arma sem porte, mas não o cidadão que tem porte e quer ter o direito de se defender.”

Fábio Montenegro do Vale, de Fortaleza (CE)

REFORMA MINISTERIAL

“Sou favorável à atitude do governo de não estar fazendo muitas trocas de ministros. Acho também que o presidente Lula tem opinião própria para suas decisões.”

José Raimundo de Almeida Silva, de Limoeiro (PE)

DEBATES

“O acesso ao Direito poderia ocorrer por outras vias, o que não interessa ao mercado jurídico. Por isso, sugiro debates sobre os seguintes temas: 1) criação de cooperativas de assistência jurídica; 2) livre concorrência e tabela obrigatória da OAB; 3) o Novo Código Civil, que permite sociedades simples e com estrutura empresarial, e o Estatuto da OAB; 4) criação de órgãos de assistência jurídica pelos municípios; 5) a OAB fixar tabelas unilateralmente para o Estado pagar; 6) o direito de petição para o cidadão poder ir ao Judiciário sem representação por advogado (art.5º da CF), já

que o direito à autodefesa é previsto no Pacto de São José e no Tratado Penal Internacional.”

André Luis Alves de Melo, de Uberlândia (MG)

BIOSSEGURANÇA

“Sou totalmente a favor da ciência. Concordo com a manipulação de embriões para a produção de células-tronco, mas sugiro uma comissão de biossegurança que lute para que as quadrilhas que traficam órgãos não encontrem na manipulação de embriões uma nova porta para esse tráfico sórdido e criminoso.”

Antônio Salviano Neto, de Caicó (RN)

INSCRIÇÃO EM CONCURSOS

“Senador Paulo Paim, tramitam no Congresso dois projetos que isentam pessoas de baixa renda e desempregadas do pagamento de inscrições em concursos públicos. Trata-se do PL 3.072/89, do ex-deputado Leopoldo Souza, e PL 305/04, do senador Sérgio Zambiasi. Gostaria que Vossa Excelência defendesse sua aprovação.”

Mauro Souza, de Canoas (RS)

COMBATE À SONEGAÇÃO

“Tenho uma sugestão para arrecadar mais sem aumentar a carga tributária. Se fosse possível descontar do Imposto de Renda os gastos com remédios, materiais escolares e outros produtos, a população se empenharia em exigir as notas fiscais e, assim, auxiliaria no combate à sonegação de impostos.”

Franz Josef Hildinger, de Praia Grande (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Foto da Semana

Em solenidade realizada terça-feira no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva empossou o senador Alberto Silva (PMDB-PI) como membro do Conselho da República. É atribuição do colegiado opinar sobre assuntos como intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio e questões relevantes para a estabilidade das instituições. Ele foi indicado para a função pelo senador e ex-presidente da República José Sarney



RICARDO STUCKERT/PR

Pergunte ao Senador

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Olívio Cândido, de Goioerê (PR)

“Senador Alvaro Dias, existe algum item na reforma da Previdência que rege o não-pagamento dos 20% cobrados sobre o pagamento de quem ainda paga a Previdência?”

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) responde:

Caro Olívio, ao que tudo indica, sua dúvida pode ser elucidada pelo parágrafo 13 do art. 201 da Constituição federal, introduzido pela PEC Paralela da Previdência. Esse dispositivo constitucional estabeleceu o sistema de inclusão previdenciária especial do contribuinte individual (antigo autônomo), fixando a cobrança de uma alíquota inferior a 20%.



FILA EM BANCOS

Cariolano Cirino da Costa Filho, de Salvador (BA)

“Senador Heráclito Fortes, existe uma lei em Salvador (BA) segundo a qual os clientes não podem ficar mais do que 15 minutos na fila de banco. Gostaria de saber se essa lei é nacional e solicito de Vossa Excelência uma campanha para todo o Brasil.”

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) responde:

Prezado Cariolano, agradeço por ter sido distinguido com sua atenção. A lei a que você se refere é de âmbito municipal e tem provocado efeitos positivos para a população, conforme vi nos jornais. Há vários projetos sobre o assunto tramitando no Congresso, alguns limitados aos bancos, outros estendendo o limite máximo de espera nas filas aos órgãos públicos e estabelecimentos comerciais. Uma nova proposta teria que acompanhar a tramitação das demais. Ainda assim, como a iniciativa é das mais meritórias, eu a encaminhei à Assessoria do Senado para análise.



VEREADORES

Marco Aurélio Bica Retegue, de Santana do Livramento (RS)

“Senador Sérgio Zambiasi, gostaria de saber se o número de vereadores vai continuar reduzido nas próximas eleições.”

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) responde:

Prezado Marco Aurélio, no ano passado, uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reduziu de 60.276 para 51.748 o número de vagas nas câmaras municipais em todo o Brasil. No Rio Grande do Sul, houve a redução de 535 vagas para vereadores. No caso de Santana do Livramento, o número foi de 21 para 10. Esses números devem ser mantidos para as próximas eleições municipais, desde que não haja nenhuma decisão judicial (o Supremo está apreciando algumas ações que visam declarar a inconstitucionalidade da resolução do TSE) ou que o Congresso não aprove nenhuma emenda constitucional em sentido contrário. Ressalte-se que diversas propostas de emenda à Constituição sobre a matéria estão tramitando atualmente.



Frases

“Se não fosse o “São Severino”, essa PEC não teria sido aprovada. Ele deveria ser canonizado em Roma”

Leonel Pavan, exaltando o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, como o responsável pela aprovação da proposta da PEC Paralela da Previdência.

“A história não conta a vida dos grandes homens negros”

Paulo Paim, elogiando o projeto de lei que denomina Milton Santos o Atlas Nacional do Brasil. Santos foi um intelectual neto de escravos.

“Foi uma demonstração de grandeza política”

Aloizio Mercadante, referindo-se à comitiva heterogênea – incluindo três ex-presidentes da República – convidada pelo presidente Lula para assistir ao sepultamento do papa João Paulo II.

“Será que este gesto não foi de auto-afirmação? Ou será instrumento, arma política?”

José Agripino, levantando a possibilidade de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estar usando a comitiva brasileira em Roma como “arma política”. Ele questionou o fato de Lula ter convidado representantes de outras religiões e ex-presidentes para integrar a delegação.

“O Papa transcendeu as fronteiras da Igreja Católica”

Patrícia Saboya, ao destacar o papel de João Paulo II como articulador político e um dos maiores comunicadores de seu tempo.

“O Brasil vive a sua pior crise econômica, social, moral e espiritual”

Marcelo Crivella, que associou a recente chacina no Rio de Janeiro – em que 30 pessoas foram assassinadas – à desigualdade socioeconômica do país.

“É preciso lembrar que os militares estiveram no poder por mais de 20 anos, exatamente para garantir a lei e a ordem. Em nome da lei e da ordem, houve mortes, houve violência. Não se pode permitir a volta de 64”

Pedro Simon, que criticou a criação, pelo governo, da 11ª Brigada de Infantaria Leve, com autonomia de intervenção nos estados para proteger a população.

Duofel na programação musical da Rádio Senado

A música instrumental brasileira é destaque da programação musical da Rádio Senado, que apresenta a dupla de violonistas Duofel. Em 25 anos de carreira, os músicos têm o talento reconhecido no Brasil e no exterior. Eles participam do programa *Escala Brasileira* desta semana, que vai ao ar na quinta, às 23h, com reprise no sábado, às 20h.

Formado por Fernando Melo e Luiz Bueno, a dupla já se apresentou em Montreal, Canadá, e no Central Park, Nova Iorque, sempre com críticas positivas. Os instrumentistas também dividiram o palco, ao longo da carreira, com os maiores expoentes da música instrumental e com cantores brasileiros e estrangeiros.

Na entrevista concedida à

Rádio Senado, os violonistas defenderam a opinião de que, ao contrário do que muitos podem pensar, há espaço para a música instrumental na cultura. No programa, foram incluídas canções da dupla, como *Porto Feliz*, *Rinha de Galo*, *Reggae por Nós*, entre outras.

A TV Senado também apresenta muita música neste fim de semana. O programa *Espaço Cultural*, às 21h20 de sábado, e reprise no domingo às 14h30, exibe um duo de violino e piano tocando obras de Bach, Brahms e Mozart, com a participação da pianista brasileira Fany Solter. Já o *Conversa de Músico* traz o violinista francês Nicolas Krassik, que mora no Brasil há 35 anos e se diz amante do chorinho.

Debate sobre MPs

A Rádio Senado promoverá ainda um debate sobre o número de medidas provisórias editadas pelo Executivo e as propostas dos parlamentares para alterar as regras de tramitação das MPs no Congresso Nacional. Esse será um dos temas abordados pelo *Conexão Senado*, que vai ao ar na segunda, às 12h. Atualmente, mais de dez medidas provisórias trancam a pauta das duas Casas, impedindo a votação dos outros itens que esperam para ser analisados.

O ouvinte também pode participar enviando perguntas ou sugestões por e-mail, para o endereço conexão@senado.gov.br, pelo telefone (61) 311-1182, ou pelo fax (61) 311-2777.



TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

PREFEITURAS

Demostenes lança guia para obtenção de recursos

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) lançou na quinta-feira, no auditório do Interlegis, o *Guia de Ação Municipal*, cartilha destinada a orientar prefeitos sobre a obtenção de recursos federais, sem intermediação de lobistas.

— É um guia que mostra como o prefeito deve proceder para assinar e executar convênios. O chefe do Executivo municipal deve estar atento e tomar muito cuidado, porque ele lida com dinheiro público — observou o senador.

Elaborada de forma didática, a cartilha traz orientações referentes aos principais pleitos dos administradores municipais junto a ministérios e ainda noções sobre licitação e princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal. As orientações básicas estão dispostas em uma ordem que facilita a pesquisa. Além de informações sobre convênios, projetos e plano de trabalho, a obra contém um roteiro de ações nos ministérios e apêndice sobre a legislação pertinente.

Representantes de 130 municípios de Goiás participaram do evento e, na ocasião, câmaras municipais goianas assinaram convênio com o programa Interlegis visando modernizar e integrar o Poder Legislativo federal com os estaduais e municipais, utilizando ferramentas como Internet, videoconferência e



Demostenes: guia vai permitir contornar ação de lobistas

educação a distância

Demostenes informou que as câmaras municipais de Goiás que ainda não estão informatizadas podem se inscrever no programa Interlegis para receber um *kit* computacional. Esse equipamento, como explicou, permite aos vereadores acessar dados sobre o Poder Legislativo e participar de cursos a distância.

O diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, que esteve presente ao lançamento do guia, chamou a atenção para o fato de que a Casa mostra em tempo real para a população brasileira a atuação dos senadores, de forma transparente. A Organização dos Estados Americanos (OEA), disse ele, considera o Senado brasileiro um dos três mais modernos do mundo.

Exemplares do livro *Guia de Ação Municipal* podem ser adquiridos na Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, pelo e-mail livros@senado.gov.br ou telefone (61) 311-4755.

SERVIÇO

Reforma política em debate no Interlegis

A Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) promovem, nos dias 13 e 14, o seminário "A Reforma do Voto", a realizar-se no auditório do Interlegis. Todos os painéis e debates do seminário enfocarão a forma como a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vêm discutindo a reforma política.

O evento será aberto pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e em seguida os ex-ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Fernando Neves e Torquato Jardim falam sobre a consolidação da legislação eleitoral, seus problemas e propostas. Nesse primeiro dia, participará ainda o professor Antonio Paim, expondo os projetos objetos de deliberação no Congresso Nacional.

No segundo dia do seminário, o senador Marco Maciel (PFL-PE) abordará a discussão da reforma política no Senado; o deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO) analisará o debate da reforma na Câmara, e o presidente do TSE, ministro Carlos Velloso, fará exposição sobre a posição da Justiça Eleitoral sobre o tema.

Entre os projetos do Senado que visam alterar o sistema eleitoral, há dois de autoria do senador José Jorge (PFL-PE) que se encontram na Comissão de Constituição, Justiça e Ci-

dadania (CCJ). Um disciplina a eleição de vereadores e o outro trata do financiamento de campanhas eleitorais nos municípios.

A primeira proposta do senador (PLS 59/05) visa à adoção de um modelo de lista fechada para as candidaturas às câmaras municipais, prevendo que os vereadores mais votados na eleição anterior gozarão de preferência na elaboração das listas de seus partidos e coligações.

Financiamento público de campanha

Para José Jorge, a personalização do voto imposta pela lista aberta — modelo adotado no país — conduz ao enfraquecimento das siglas partidárias e pode ser causa das migrações de representantes eleitos entre as legendas.

Já o PLS 74/05 modifica dispositivos sobre as eleições municipais para implementar o financiamento público das campanhas locais. A idéia do senador pernambucano é utilizar essa experiência como projeto piloto, para depois expandi-la às campanhas eleitorais estaduais e nacionais.



ROOSEVELT PINHEIRO

Projeto de José Jorge estabelece lista fechada para as candidaturas a vereador

— No momento em que a sociedade brasileira discute a necessidade de o dinheiro público ser destinado às campanhas eleitorais, quando há carências materiais em grande parte da população, procuramos dar nossa contribuição ao debate.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) promoveu, nos dias 7 e 8, em Brasília, o seminário "Identificação do Eleitor e Reforma Política", no Hotel Kubitschek Plaza. Entre os participantes do encontro estavam o ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal e ex-ministros do tribunal.

Conheça o Senado

Em sessão histórica, Auro de Moura Andrade declarou vaga a Presidência

Há 41 anos, na madrugada de 2 de abril de 1964, o senador Auro de Moura Andrade, então presidente do Senado, comandou uma das sessões mais tensas do Parlamento.

Cabia a ele a tarefa de ler o ofício em que o chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, comunicava que o presidente João Goulart viajara para o Rio Grande do Sul, onde estava "à frente das tropas militares legalistas e no pleno exercício dos poderes constitucionais". Auro interpretou a carta como abandono do cargo e declarou vaga a Presidência.

— O presidente da República deixou a sede do governo. Deixou a nação acéfala numa hora gravíssima da vida brasileira

em que é mister que o chefe de Estado permaneça à frente do seu governo — afirmou.

Diante da agitação que se formou, ele interrompeu a manifestação, anunciando que retomaria o pronunciamento quando a calma voltasse ao Plenário, "para a Presidência cumprir com o seu grave dever nesta hora angustiada da História brasileira".

Entre aplausos e vaias dos 178 parlamentares presentes, Auro proclamou: "Assim sendo, declaro vaga a Presidência da República e, nos termos da Constituição, invisto no cargo o presidente da Câmara dos Deputados, sr. Ranieri Mazzilli. Está encerrada a sessão!".

Alguns historiadores consideram a posse de Mazzilli como um ato de vingança de Auro contra João Goulart. Em 1962, Goulart escolhera o senador para primeiro-ministro e o Parlamento aprovou a indicação, mas no dia seguinte, quando compunha o ministério, Auro soube pelo rádio que havia "renunciado" em favor de Tancredo Neves.

A sessão presidida por Auro conferia legitimidade à revolta dos militares iniciada no dia anterior, que resultou nos 20 anos de ditadura no país. Quando o regime endureceu, ele se tornou opositor da ditadura, assim como outros políticos que ficaram inicialmente ao lado dos militares, como Carlos Lacerda.



REPRODUÇÃO/CÉLIO AZEVEDO

Auro (foto) declarou que a nação estava "acéfala" e empossou Mazzilli

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaté Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafín, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta

Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici Schwengber (61) 311-1620

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra de Carvalho

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valtér Gonçalves Júnior (61) 311-1670

Edição: Helena Daltro Pontual e Flávio Mattos (61) 311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Segurança no transporte de crianças

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) determina que crianças com idade inferior a dez anos devem ser transportadas no banco traseiro, sempre com o cinto de segurança. Levá-las no banco da frente é infração gravíssima, cuja penalidade é a contabilização de sete pontos na carteira de habilitação, a retenção do veículo e multa.

Porém, o que está em jogo não é apenas o respeito à lei, mas, sobretudo, a proteção da vida dos menores. No Brasil, estima-se que mais de 1.200 crianças de até 14 anos morrem por ano em decorrência de acidentes de trânsito. Cerca de 90% dessas mortes poderiam ser evitadas com a utilização do equipamento de segurança.

Existem vários tipos de assentos, projetados de acordo com as características de crescimento das crianças, que podem reduzir os riscos de lesões fatais ou graves em até 70%.

Veja nesta edição a forma correta de transportar a criança em cada fase do seu crescimento e os cuidados a serem observados na hora de escolher os assentos.



CIETE SILVEIRO/FOLHA IMAGEM

Código de Trânsito Brasileiro determina que as crianças sejam transportadas atrás e com cinto de segurança individual

Lugar de filho pequeno é no banco traseiro

Crianças acima de 10 anos e com mais de 1,50m podem viajar no banco da frente, utilizando o cinto de três pontos. Mas, de acordo com o diretor educacional da consultoria Em Trânsito, Eduardo Biavati, o banco de trás é o mais seguro para menores de 12 anos. O CTB admite o transporte de crianças no banco dianteiro quando o automóvel não possui banco traseiro

(como as picapes).

Estudos realizados nos Estados Unidos mostram que, quando as crianças são transportadas no banco traseiro e acomodadas em cadeirinhas usadas corretamente, os riscos de morte diminuem em 71%, em caso de acidente.

Veja no quadro abaixo qual é o assento mais adequado ao peso e à idade da criança:

FOTOS: PEDRO RUBENS/ONG CRIANÇA SEGURA

Tipo de assento	Bebê conforto, "conchinha" ou conversível	Cadeira de segurança	Assento de elevação, banco auxiliar ou booster	Cinto de segurança de três pontos
Peso e idade	Desde a saída da maternidade até 9kg ou 13kg, conforme recomendação do fabricante, ou até 1 ano.	De 9kg a 18kg - Quando a criança já consegue sustentar o pescoço e a cabeça. Entre 1 a 4 anos, aproximadamente.	De 18kg até 36kg ou até 1,45m. Aproximadamente de 4 a 10 anos.	Acima de 36kg e no mínimo 1,45m de altura. Aproximadamente 10 anos.
Posição	Voltada para o vidro traseiro, com leve inclinação (ver instruções do fabricante), de costas para o painel do veículo, sempre no banco de trás. Travessieiros ou toalhas nas laterais podem ser usados como apoio para a cabeça do bebê, mas não previnem lesões.	A cadeira já pode ser instalada na posição normal, de frente para o painel. A criança usa o cinto de segurança da própria cadeirinha, de cinco pontos, que tem encosto.	No banco traseiro, com o cinto de três pontos do próprio carro. Se seu carro tiver apenas um cinto sub-abdominal no banco de trás, você pode informar-se em uma concessionária ou com o fabricante sobre instalação do cinto de três pontos.	No banco traseiro do carro. A criança deve conseguir apoiar as costas inteiras no encosto do banco e dobrar os joelhos na borda do banco, sem escorregar o corpo para frente. O cinto deve passar pelo centro do ombro e sobre o quadril.
Características	Possuem tiras de fixação de três ou cinco pontos e protegem o pescoço e a cabeça do bebê em caso de movimentos bruscos e do efeito chicote (quando a cabeça é forçada para trás e volta rápido para a frente) sobre a coluna cervical ainda em formação.	Antes de comprar a cadeirinha, teste a instalação em seu carro para se certificar de que ela seja compatível com as características do veículo.	O assento de elevação faz com que o cinto de três pontos do carro passe nos locais corretos do corpo da criança: pelo centro do ombro, pelo peito e sobre o quadril.	O cinto de segurança não protege as crianças com menos de 1,45m dos traumas de um acidente.
Recomendações	As tiras da cadeirinha devem ficar abaixo dos ombros e ajustadas ao corpo com um dedo de folga. Se o bebê passar dos 13kg antes de um ano, é necessária a troca por uma cadeirinha conversível, com maior limite de peso.	As tiras da cadeirinha devem estar acima dos ombros e ajustadas ao corpo da criança com um dedo de folga.	O booster não pode ser substituído por almofadas, pois em uma freada brusca elas podem se deslocar, fazendo com que o cinto se direcione ao pescoço da criança e provocando estrangulamento ou traumas.	Nunca permita que seu filho coloque o cinto peitoral embaixo do seu braço ou por trás das costas. Isto pode causar ferimentos sérios. Duas crianças nunca devem dividir o mesmo cinto de segurança.

Fonte: Guia da cadeirinha, Ong Criança Segura

Atenção

A instalação correta é fundamental para que a cadeirinha ou assento cumpra sua função. Leia sempre o manual e consulte o fabricante ou o revendedor em caso de dúvidas.

Para saber se a criança já está grande demais para a cadeirinha, basta observar sua nuca: caso ultrapasse o encosto da cadeira, é hora de comprar um assento maior.

Projeto pode tornar o uso da cadeirinha obrigatório

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB - Lei 9.503/97) determina, em seu artigo 64, que crianças de até 10 anos devem ser transportadas nos bancos traseiros. Pela Resolução 15 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), a criança também deve usar, individualmente, cinto de segurança ou sistema de retenção equivalente.

Atualmente, está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado o Projeto de Lei (PLS) 167/04, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que pretende tornar obrigatório o uso de dispositivo de retenção

no transporte de crianças (hoje ele é apenas uma opção ao cinto) e especificar a necessidade de sua certificação pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) ou por entidade por ele credenciada.

O Inmetro criou, em 2001, um programa de certificação voluntária para o produto. Isso significa que podem ser encontradas, no mercado, marcas de cadeiras infantis com selo do órgão federal, que foram avaliadas e testadas segundo critérios da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Dicas na hora de contratar condução escolar

- ▶ Verificar se o motorista e o veículo são credenciados pelo órgão público responsável (secretaria municipal de transportes, Detran), para evitar a contratação de clandestinos. Os veículos são obrigados a ter cintos de segurança em número igual à lotação e medidor de velocidade (tacógrafo); o motorista deve ter mais de 21 anos, ser habilitado na categoria D, não pode ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 meses, e ser aprovado em curso especializado.
- ▶ Verificar se os cintos de segurança estão em boas condições e sendo utilizados corretamente.
- ▶ Verificar se há um ajudante para auxiliar no embarque e desembarque dos estudantes. Não é obrigatório, mas recomendável, para que em nenhum momento as crianças fiquem sozinhas no veículo. O ajudante também é importante para dar atenção às crianças enquanto o carro está em movimento.
- ▶ Buscar referências na escola, com outros pais e estudantes, no sindicato dos motoristas ou no Detran. Se o transporte escolar é indicado ou prestado pela própria escola, esta também é responsável pela qualidade do serviço, de acordo com o princípio da responsabilidade solidária (art. 7º, § único, e art. 20 do Código de Defesa do Consumidor - Lei 8.078/90).



Informações

Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT
Tel.: (11) 3767-3600 (São Paulo); (21) 3974-2300 (Rio de Janeiro); (51) 3224-2601 (Porto Alegre); (31) 3226-4396 (Belo Horizonte) e (61) 223-5590 (Brasília)
www.abnt.org.br

Departamento Nacional de Trânsito (Denatran)
Tel.: (61) 429-3565 e 429-3996

www.denatran.gov.br
Para acessar o site do Detran de seu estado ou do DF:
www.denatran.gov.br/detran.htm

Polícia Rodoviária Federal
Tel.: (61) 448-7630
www.dprf.gov.br

Consultoria Em Trânsito
Tel.: (61) 468-2121 (Brasília) e (11) 3825-3524 (São Paulo)
educacao.transito@terra.com.br

ONG Criança Segura
Tel.: (11) 3371-2384 (São Paulo); (41) 3023-7070 (Curitiba) e (81) 3223-0336 (Recife)
www.criancasegura.org.br

Em caso de acidentes de trânsito, ligue:
193 - Corpo de Bombeiros
197 - Polícia Civil
190 - Polícia Militar